



Anais da Assembléia

Nº 171

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12 Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Menfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Bellinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emari Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1992

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, José Artur Ritti, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovidio Constantino, Paulo Maia, Plauto Mirô Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (42). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Dalton Machuca, Albino Corazza, Cezar Silvestri, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, João Preis, José Alves, Mário Bezerra, Nilton Barbosa e Rafael Greca de Macedo (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. - **Aprovada.**

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

34 Senhores Deputados responderam à chamada.

Em votação a Ata.- **Aprovada.**

O SR. EURIDES MOURA - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Para registrar com muita honra a presença do ilustre Prefeito, o jovem Prefeito de Cornélio Procópio, Eduardo Trevisan que para a alegria de todos nós, visita esta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios::

OFICIO

Sob o nº 2020/92, do Senhor RAFAEL IATAURO - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Relatório das Atividades desenvolvidas pelo Tribunal, durante o 3º Trimestre de 1.992. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs DTL/SAT/312, 313, 314 e 315/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

312/92: Do PODER EXECUTIVO que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.369.788.000,00 (quatro bilhões, trezentos e sessenta e nove milhões, setecentos e oitenta e oito mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Teatro Guaíra o qual convertido em Lei tomou o nº 10.142. **Anote-se - Archive-se.**

311/92: Do PODER EXECUTIVO que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.500.000.000,00 (hum bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do DEAM, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.143. **Anote-se - Archive-se.**

310/92: Do PODER EXECUTIVO que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 358.000.000,00 (trezentos e cinquenta e oito milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da SEIC, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.144. **Anote-se - Archive-se.**

308/92: Do PODER EXECUTIVO que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 13.400.000.000,00 (treze bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da AGE/SEFA, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.145. **Anote-se - Archive-se.**

Ofício nº 534/92

Senhor Presidente.

Impossibilitado de estar presente aos trabalhos parlamentares deste dia 30 de novembro, nesta Assembleia Legislativa, tomo a liberdade de solicitar a Vossa Excelência a gentileza de apresentar justi-

ficativa à minha ausência.

Sendo só o que me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, apresentar a Vossa Excelência as minhas saudações.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) MARIO BEZERRA

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, INDICA, a Deputada EMILIA BELINATI, como suplente do Deputado Cezar Silvestri na CPI da Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) PAULO MAIA

Líder do PDT

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1902

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja autorizado regime de urgência para o Projeto de Lei nº 395/92, que trata da autorização para licenciamento de veículos adaptados para serem dirigidos por deficientes físicos.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Restam poucas sessões para apreciação de projetos de lei antes que essa Casa entre em recesso.

O plano de lei é meramente autorizatório e de muito valor para os deficientes físicos, cujo amparo é um dever constitucional. Assim, a sua apreciação em regime de urgência poderá antecipar essa justa reivindicação.

REQUERIMENTO Nº 1910

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 334/92 (Mensagem nº 91/92), de autoria do Poder Executivo, que revoga o art. 13 e seus parágrafos, da Lei nº 6.149, (custas judiciais) de 09 de setembro de 1970, com as posteriores alterações, assim como a tabela VIII a ela anexa.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1911

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 361/92 (Mensagem nº 120/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.110.700.000,00 (dois bilhões, cento e dez milhões e setecentos mil cruzeiros) ao vigente orçamento do Tribunal de Contas, visando atender despesas de água, energia elétrica, telefonia e outros serviços de terceiros.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1912

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 374/92 (Mensagem nº 102/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 271.000.000,00 (duzentos e setenta e um milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, visando atender despesas com aquisição de equipamentos de informática para o DEAM.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1913

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 375/92 (Mensagem nº 103/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.229.216.000,00 (um bilhão, duzentos e vinte e nove milhões e duzentos e dezesseis mil cruzeiros) ao vigente orçamento da FASPAR, visando atender despesas com serviços de terceiros.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1914

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 376/92 (Mensagem nº 104/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito

to suplementar no valor de Cr\$ 80.078.000,00 (oitenta milhões e setenta e oito mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, visando atender despesas de materiais de consumo dos escritórios regionais do DECOM.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1915

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 377/92 (Mensagem nº 105/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 269.662.000,00 (duzentos e sessenta e nove milhões e seiscentos e sessenta e dois mil cruzeiros) ao vigente orçamento de instituições de ensino superior do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1916

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 378/92 (Mensagem nº 106/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 13.706.000,00 (treze milhões e setecentos e seis mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, visando atender despesas com custeio e aquisição de material permanente necessários para a manutenção da entidade.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1917

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 379/92 (Mensagem nº 107/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 807.240.000,00 (oitocentos e sete milhões e duzentos e quarenta mil cruzeiros), ao vigente orçamento das Secretarias de Estado da Administração, do Desenvolvimento

Urbano e do Meio Ambiente, visando atender despesas com processamento de dados do DECOM, da COMEC e do IAP.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1918

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 380/92 (Mensagem nº 108/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 26.302.032.000,00 (vinte e seis bilhões, trezentos e dois milhões e trinta e dois mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado, visando atender despesas com processamento de dados.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1919

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 381/92 (Mensagem nº 109/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.300.000.000,00 (dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da FUNDEPAR, visando atender despesas com processamento de dados.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1920

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 382/92 (Mensagem nº 110/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 425.000.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Tribunal de Alçada, visando atender despesas referentes a material de consumo, outros serviços e encargos e processamento de dados.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1921

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 383/92 (Mensagem nº 111/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 722.000.000,00 (setecentos e vinte e dois milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba, visando atender despesas de custeio da entidade.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1922

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 384/92 (Mensagem nº 127/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da SEDU, visando atender a programação de obras do Programa Estadual de Saneamento Ambiental.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1923

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 386/92 (Mensagem nº 124/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da UNIOESTE, visando atender despesas de custeio com recursos de convênio com o MEC.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1924

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 386/92 (Mensagem nº 124/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito

suplementar no valor de Cr\$ 123.356.000,00 (cento e vinte e três milhões e trezentos e cinquenta e seis mil cruzeiros), ao vigente orçamento da SUCEAM, visando atender despesas com pagamento do PASEP.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1925

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 387/92 (Mensagem nº 123/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.680.640.000,00 (seis bilhões, seiscentos e oitenta milhões e seiscentos e quarenta mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, visando atender despesas com materiais de expediente e limpeza, combustíveis, alimentação, telefonia, telex, passagens, aluguéis e outros materiais e serviços do Comando Geral da Polícia Militar, Comando do Policiamento do Interior e Corpo de Bombeiros.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1926

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 388/92 (Mensagem nº 122/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 8.266.800.000,00 (oito bilhões duzentos e sessenta e seis milhões e oitocentos mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, visando atender despesas com telefonia, telex, aluguéis, combustíveis, outros materiais e serviços do Departamento de Polícia Civil.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1927

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 389/92

(Mensagem nº 121/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 386.707.000,00 (trezentos e oitenta e seis milhões e setecentos e sete mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, visando atender aos dispêndios relativos ao Programa de Trabalho do Fundo Penitenciário.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1928

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 390/92 (Mensagem nº 131/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 583.785.000,00 (quinhentos e oitenta e três milhões e setecentos e oitenta e cinco mil cruzeiros) ao vigente orçamento do Ministério Público, visando dar cobertura às despesas com aquisição de terminais telefônicos.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1929

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 391/92 (Mensagem nº 130/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado, visando atender, dar cobertura orçamentária para possibilitar o ingresso de recursos provenientes de Royalties.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1930

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 392/92 (Mensagem nº 129/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.399.509.000,00 (um bilhão, trezentos e noventa e nove milhões e quinhentos e nove

Curitiba, segunda, em 30.11.92

mil cruzeiros) ao vigente orçamento da SUCEAM, visando atender despesas com a programação de obras.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1931

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 393/92 (Mensagem nº 128/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões cruzeiros) ao vigente orçamento do DETO, visando atender despesas com material de consumo.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1932

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 394/92 (Mensagem nº 126/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 607.000.000,00 (seiscentos e sete milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da FASPAR, visando atender despesas com a manutenção de crianças e adolescentes das unidades sociais oficiais daquela entidade.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1942

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei 298/92, o qual já recebeu novo parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça, e deve retornar a plenário, por estar tramitando em REGIME DE URGÊNCIA. O presente projeto trata da pesagem obrigatória das sobras de gás - GLP..

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

REQUERIMENTO Nº 1903

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprova-

dos em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1901

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 163/92, de autoria do Requerente, que corrige as divisas do município de Diamante do Sul.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1909

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no § 4º do art. 180 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da pauta da ordem do dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1904

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do vereador JOÃO COSTA, líder do PMDB na Câmara Municipal de Ivaiporã, ocorrido no dia 23 de novembro próximo passado.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1944

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a inserção nos Anais desta Casa de Leis, de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Agostinho Cassetari.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Morto aos 79 anos de idade, natural de Ribeirão Claro, o Senhor Agostinho Cassetari deixa viúva a Senhora Paulina Cassetari e dois filhos: a Senhora Maria Lúcia Cassetari Neia e o Juiz de Direito Doutor Rafael Augusto Cassetari, hoje ocupando a 2.^a Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, em Curitiba.

O extinto foi por muitos anos funcionário do Instituto Brasileiro do Café, onde conquistou o respeito e a admiração de todos, quando ali trabalhava.

REQUERIMENTO Nº 1941

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja inserido voto de congratulações e louvor na Ata dos trabalhos de hoje, ao doutor FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO.

Advogado e Jurista democrata, conhecedor e professor de direito penal, profissional laureado que diverge, no contraditório, com educação, competência e, acima de tudo, com respeito a opinião da qual diverge, Accioly Neto chega agora a Presidência da Seccional do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil, eleito pelos advogados paranaenses, classe que, pelo art. 133 da Constituição Federal de 88, foi reconhecida como "indispensável à administração da justiça" e com isso dando a profissão a relevância social que merece; é o nosso homenageado.

Ex-parlamentar desta Casa de Leis, aqui passou com invulgar brilho, deixando marca como legislador, honrando o patrimônio moral e cultural que recebeu do seu pai, o inolvidável Senador Accioly Filho, que também dignificou com sua Presidência nossa Assembleia Legislativa, é pela sua eleição a Presidência da O.A.B. - Paranaense, motivo de júbilo e honra para todos os parlamentares do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 1943

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após deliberação do Plenário, VOTO DE CONGRATULAÇÕES COM O BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A, pelo transcurso de mais um aniversário de sua fundação, dia 28 de novembro passado.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O BANESTADO foi entregue ao Povo do Paraná no dia 28 de novembro de 1928, atendendo a repetidos movimentos populares que desejavam ver o trabalho dos paranaenses gerando riquezas no próprio Estado.

Naquela ocasião, bancos europeus, paulistas e gaúchos, além do Banco do Brasil S/A., eram os responsáveis pelas atividades econômico-creditícias no Paraná e a grande parte dos resultados financeiros aqui alcançados eram mandados para as sedes dessas casas de crédito.

Era imperativo que uma instituição bancária cobrisse o Estado inteiro, até por questões geopolíticas. No Sul do Estado, predominava a economia da erva mate e a região encontrava sérias dificuldades de relacionar-se - e até de comunicar-se -

com o Norte, onde já sobressaía a economia cafeeira, uma clara extensão de interesses paulistas, que se caracterizava pelas exportações predominantes pelo porto de Santos.

A criação do Banco do Estado do Paraná S/A. obteve uma participação estimulante de todos os cidadãos do Estado do Paraná ligados ao comércio em geral, à indústria, às atividades de importação e exportação, serviços, do Poder Público do Estado e dos Municípios, dos madeireiros, dos ervateiros e dos cafeicultores, assim como de empregados em geral. Todos procuraram adquirir ações da nova instituição bancária, genuinamente paranaense.

Nos 64 anos de sua história - que se confunde com a própria história do Estado, todas as atividades paranaenses foram apoiadas e estimuladas pelo Banco do Estado do PARANÁ S/A.

Seu crescimento permitiu que as próprias raízes do BANESTADO alcançasse a grande maioria dos municípios paranaenses. Em 9 Estados da Federação brasileira o BANESTADO mantém sua respeitosa presença - através de suas várias empresas; além de Nova Iorque e Ilhas Caimã.

As homenagens prestadas aos Diretores e a todos os servidores dessa nobre instituição, associamos os ilustres membros do Legislativo Paranaense que honrosamente representam um povo que soube criar um banco respeitado e que reflete, em cada uma das suas atividades, o ânimo forte, o entusiasmo e a força de trabalho de todos os paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 1900

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, licença do mandato parlamentar para assumir a Prefeitura Municipal de Curitiba, na condição de vice-prefeito, no período de 27 de novembro a 04 de dezembro, em virtude da viagem ao exterior do senhor Prefeito Municipal de Curitiba, Jaime Lerner.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 1906

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado, ROBERTO REQUIÃO, ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, ELIAS ABRAHÃO e ao Ilmo. Sr. Superintendente da FUNDEPAR, MAURICIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, solicitando sejam alocados recursos necessários para a construção da sede própria da ESCOLA ESTADUAL MONTEIRO

LOBATO, situada em PONTA GROSSA, bem como a sua inclusão no Programa de Obras para o exercício de 1993.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

JUSTIFICATIVA:

O crescimento populacional de Ponta Grossa, decorrente do surgimento de novos núcleos habitacionais e de onde provêm a maior clientela estudantil, constitui a razão principal da presente propositura, à medida em que a afluência às escolas também é maior. É grande a demanda de alunos e limitado o espaço físico para colhê-los. Através de abaixo-assinado, dirigido a S.Exa., o Sr. Governador do Estado, os moradores do Conjunto Residencial Monteiro Lobato e Vilas Adjacentes, cujos filhos estudam na Escola Monteiro Lobato, manifestam a sua preocupação diante da iminência de seus filhos ficarem sem vaga para o ano letivo de 1993, fato que poderá lhes acarretar sérias conseqüências.

Não obstante Ponta Grossa conte com uma rede escolar abrangendo grande parte dessa clientela, o crescimento populacional e, conseqüentemente, a demanda de alunos cada vez mais crescente, torna imperioso a adoção de medidas, visando expandi-la e adequá-la às necessidades, com a construção de novas unidades.

REQUERIMENTO Nº 1907

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Doutor Itamar Franco, no sentido de sugerir que a distribuição de cestas básicas de alimentos à população carente, anunciado pelo Governo Federal, seja feita através de entidades representativas de Trabalhadores e nos municípios onde há incidência de bôias-frias, estas sejam distribuídas pelas Cooperativas dos Trabalhadores Rurais Volantes.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Sabedores de que o Presidente Dr. Itamar Franco, sensibilizado com o atual estado de miséria e penúria em que se encontra a população brasileira, com formação de verdadeiros bolsões de fome; determinou ao Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária que viabilizasse a compra e distribuição de cestas básicas alimentares para a população brasileira carente, neste sentido sugerimos que para execução deste Programa de grande alcance social seja utilizado as estruturas das Entidades de Trabalhadores e principalmente para dar atendimento aos municí-

prios do interior do Brasil, contasse com a participação das Cooperativas de Trabalhadores Rurais Volantes - bôias-frias.

REQUERIMENTO Nº 1908

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor PAULO ROBERTO CORDEIRO, digníssimo Diretor Presidente da Empresa de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de que seja viabilizado estudos e consequente execução da ampliação da rede telefônica de Engenheiro Beltrão para atingir o distrito de Figueira do Oeste.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O vizinho Distrito de Figueira do Oeste se encontra a poucos quilômetros da sede urbana de Engenheiro Beltrão e possui uma densidade demográfica bastante considerada, necessitando deste tipo de serviço para dar mais conforto, segurança e tranquilidade àquela população.

As facilidades que o telefone residencial permite aos usuários é inconteste e deixou de ser um instrumento supérfluo, pelo contrário, hoje de grande utilidade e incorporado ao dia a dia da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 1935

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ilustre Senhor Doutor Francisco Gomide, Presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, no sentido de que estenda o prazo de pagamento da tarifa de energia elétrica para o último dia do mês ou o primeiro dia útil do mês subsequente, caso aquele coincida com o sábado, domingo ou feriado, com isenção de qualquer tipo de acréscimo.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A grande maioria da população, percebe os seus vencimentos no final de cada mês ou até mesmo no princípio do subsequente, acarretando desta maneira o inevitável atraso no pagamento da tarifa de energia elétrica, obrigando o usuário a efetuar o pagamento com acréscimo, corroendo ainda mais o salário do trabalhador do nosso Estado.

Diante do exposto, solicitamos o apoio do Nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis ao requerimento ora proposto.

REQUERIMENTO Nº 1936

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao ilustríssimo Senhor Doutor Stenio Sales Jacob, Presidente da SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná, no sentido de que seja estendido o prazo de pagamento da tarifa de água para o último dia do mês ou o primeiro dia útil do mês subsequente, caso aquele coincida com sábado, domingo ou feriado, com isenção de qualquer tipo de acréscimo.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1937

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Secretário de Educação, solicitando a liberação de recursos financeiros da FUNDEPAR, para a construção de cancha esportiva polivalente nos seguintes municípios: Irati, Rebouças, Mallet, São João do Triunfo, Inácio Martins, Imbituva, Teixeira Soares, Quinta do Sol, Boa Esperança, Rancho Alegre do Oeste, Farol, Corumbataí do Sul, Prudentópolis e Rio Azul.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1938

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Secretário do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos financeiros do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, para implantação do Programa de Produção de Mudas de Crescimento Rápido nos seguintes Municípios: Irati, Rebouças, Mallet, São João do Triunfo, Inácio Martins, Imbituva, Teixeira Soares, Quinta do Sol, Boa Esperança, Rancho Alegre do Oeste, Farol, Corumbataí do Sul, Prudentópolis e Rio Azul.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1939

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Nizan Pereira, dd. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, requerendo a implantação da Unidade de Terapia Intensiva e Cirurgia Cardíaca, no Hospital Geral do Portão, no município de Curitiba; visando os interesses em comum, por parte de Curitiba, Re-

gião Metropolitana e de todo o Estado do Paraná, considerando o grande movimento dos casos vindos do Interior do Estado.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Propõe-se, o Corpo Clínico do Dr. LUIZ FERNANDO KUBRUSLY, cirurgião cardio-vascular, (médico conceituado, com especialização na área, tendo feito por sete anos sua especialização nos Estados Unidos, no Texas Heart Institute de Houston) a dar cobertura médica à UTI, no Hospital Geral do Portão, bem como suprir do material necessário à Cirurgia Cardiovascular, visando também a colaboração dos médicos e técnicos do hospital, para que juntos desenvolvessem um excelente trabalho de interesse da comunidade, na maioria pessoas carentes, compactuando, desta forma em áreas, onde o cuidado intensivo se faz necessário.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 396/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Lar Bom Samaritano, com sede na Rua Bento Gonçalves, 338 - Centro, no município de Cêu Azul/Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir de sua data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A proposição é feita com base na referida sociedade, ser uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter estritamente beneficente, que tem por finalidade promover a solidariedade humana, auxiliar pessoas e famílias que estejam necessitando de ajuda, promovendo a ação social, cultural, educativa, religiosa e recreativa.

A documentação que anexamos comprova o preenchimento dos requisitos essenciais para o reconhecimento público estadual.

Esperamos o apoio dos nobres Pares nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 397/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A partir da baixa, para tratamento de saúde, através da previdência social federal ou estadual, de filho menor do servidor público estadual, seja qual

Curitiba, segunda, em 30.11.92

for seu regime jurídico, o servidor, sem prejuízo de sua remuneração e sem qualquer prejuízo em relação ao tempo de serviço, poderá se ausentar do trabalho com o objetivo de dar assistência ao filho internado.

§ 1º - O servidor deverá comprovar a baixa mediante declaração oficial do estabelecimento hospitalar, comprovando, ainda, a data da alta pelo mesmo procedimento, quando a ausência do trabalho deixará de ser justificada.

§ 2º - No caso de mãe e pai serem servidores, a vantagem será concedida a apenas um deles, podendo haver alternância na dispensa do trabalho entre um e outro.

§ 3º - A presente lei aplica-se aos servidores das empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas pelo Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto justifica-se pela necessidade física e psicológica da permanência dos pais junto aos filhos nos casos de internamento para tratamento de saúde. A baixa para tratamento decorre da gravidade do adoecimento, fato que exige acompanhamento dos progenitores, inclusive como procedimento terapêutico indicado para a otimização do processo de cura. A natureza desta proposição está em perfeita sintonia com o Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em outubro de 1990, que dispõe no artigo 4º: "E dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do PODER PÚBLICO, assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à SAÚDE, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária."

Neste sentido, justifica-se plenamente a transformação deste projeto em lei.

PROJETO DE LEI Nº 398/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os Deputados Estaduais em exercício de seus mandatos e nos limites do Estado, terão livre acesso aos estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena criminal, às repartições policiais, aos hospitais psiquiátricos públicos e conveniados ao Sistema Único de Saúde, bem como aos estabelecimentos que acolham menores, idosos ou deficientes.

Parágrafo Único - O acesso a que se refere este artigo não depende de prévia comunicação à autoridade competente administrativa ou policial, podendo, ainda, concretizar a qualquer hora do dia ou da noite.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA, OVIDIO CONSTANTINO e ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

A permissão de que trata o presente projeto se justifica na medida em que desembaraçando o trânsito dos membros do Poder Legislativo aos estabelecimentos citados, os municia de modo a prestarem uma valiosa contribuição, no sentido da observância dos preceitos constitucionais, relativos aos direitos e garantias individuais e coletivos.

PROJETO DE LEI Nº 399/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Escola Profissional Padre João Piamarta - Creche Sagrada Família", com sede em União da Vitória.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, é constituída para fins de incrementar a instrução e a educação de crianças até sete anos de idade, preferencialmente pobres.

A entidade não fará distinção de raça, cor, condição, credo político ou religioso.

Visando a melhoria nas condições de vida das famílias necessitadas, acolhendo os filhos menores das mesmas, entendemos procedente o pedido de Utilidade Pública e esperamos pelo aceite do mesmo, pelos ilustres Pares da Casa, onde estarão promovendo o bem-estar da classe carente do município de União da Vitória.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus declaro aberta a Sessão.

(E lida e aprovada a Ata).

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presi-

dente, eu requeiro verificação de votação.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário, que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SENHOR 1º SECRETARIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 34 (trinta e quatro) Senhores Deputados responderam à chamada.

Os Senhores Deputados que aprovam a Ata conservem-se como estão.

Aprovada.

O SR. EURIDES MOURA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Para registrar com muita honra a presença do ilustre Prefeito de Cornélio Procopio, Eduardo Trevisan que para a alegria de todos nós visita esta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Ovídio Constantino.

(Declina).

Havendo declinado com a palavra o Senhor Deputado Doutor Rosinha.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, pela ordem.

Gostaria de registrar a presença neste Plenário, do Senhor Alex Canzani, Vereador reeleito pelo Município de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será devidamente registrado.

Com a palavra, o Senhor Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Nas duas últimas semanas, a imprensa de Curitiba tem anunciado a questão do envolvimento de alguns Vereadores com o transporte coletivo da nossa cidade. Durante dois anos, eu fui Vereador de Curitiba e na primeira Sessão ordinária realizada em 1989 logo após a nossa posse, por ocasião da eleição da Presidência e da Mesa Executiva daquela Casa de Leis, os empresários do Transporte Coletivo se fizeram presentes na sala do Presidente de então e apoiaram uma das chapas que concorriam à Mesa Executiva da Assembléia Legis-

lativa. Todos os trinta e três Vereadores que tomavam posse naquele dia, constataram a presença desses empresários e constataram que esse setor empresarial apoiava a chapa então encabeçada pelo Vereador Horácio Rodrigues. Naquele mesmo ano foi criado o grupo Prô-Cidade, grupo esse, de vereadores que era voz corrente na Câmara de que todos receberam abonos e bonificações e salários extras do setor de transporte coletivo.

Por ocasião da votação da Lei Orgânica do Município de Curitiba, eu era Vereador e nós, da Bancada do PT, apresentamos inúmeros artigos no sentido que visava democratizar as decisões do transporte coletivo que amarrava as decisões a serem tomadas pelo Poder Executivo, ficasse amarrada junto ao Poder Legislativo, para que os Vereadores pudessem discutir a política de transporte e a política tarifária do Transporte Coletivo de nossa cidade. Todas essas propostas foram derrotadas pelo chamado grupo Prô-Cidade, no qual, o atual Presidente da Câmara fazia parte e que agora, nas listas divulgadas pela imprensa, não colocam o nome de Horácio Rodrigues como fazendo parte do grupo Prô-Cidade.

Nós sabíamos que eles faziam parte e sabemos, de voz corrente dentro da Câmara, que havia financiamento de campanhas e isto foi deixado muito claro pela Vereadora Rosa Maria Chiamulera no debate na televisão, no OM DEBATES.

Nós, hoje, do Partido dos Trabalhadores, que cobramos que o País fosse passado a limpo, que exercemos grande fiscalização no Governo Collor, cobramos agora, dos atuais Vereadores de Curitiba, que não deixem passar em branco, e que apurem todas as denúncias e que se há financiamento de campanhas, se há Vereador remunerado pelo Transporte Coletivo, que seja apurado e que os Vereadores responsáveis sejam punidos. Nós sabemos que a tarifa de Curitiba, por várias razões, é alta. Começa pela frota de reserva, no qual a lei estabelece de dez a vinte por cento como frota de reserva, Curitiba tem vinte e sete por cento, ou seja no mínimo, sete por cento a mais, porque são ônibus remunerados e que ficam parados como reservas nas garagens.

Nós sabemos que a taxa de administração cobrada pela URBS é de 4%, quando deveria ser baixada para no máximo 1%, para que diminuísse a tarifa dos ônibus urbanos.

Estes os dois pontos que já podemos dizer de antemão que reduzem tarifas em nossa cidade.

E nós cobramos que seja instalada CPI na Câmara de Vereadores e que vá às últimas consequências...

(E-lhe tirado o som)

... para apurar as irregularidades que a imprensa tem trazido à tona dia após dia.

A mansão da Vila Nossa Senhora da Luz, que já foi bordel e casa de luxo, dizia-se que era uma casa de prostituição. E que não continue a casa de prostituição da política curitibana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na semana que passou usei esta mesma tribuna para falar de um projeto, para falar de um sonho do povo usuário do Transporte Coletivo do Paraná. Não sei se esse sonho é sonhado por todos aqueles que têm poder efetivamente de decisão; mas sei que é um sonho sonhado por aqueles que pagam a passagem para ir e vir do seu trabalho. E como o supermercado tem vários tipos de sabonete para a escolha e o critério de cadacidadão que vai pagar o preço, tem que ter a mesma livre concorrência para que o cidadão que paga a passagem e que vai viajar possa ter o mesmo respeito que tem o cidadão que não precisa de ônibus, não precisa da Justiça, não precisa de Deputado, não precisa do Governo do Estado.

Venho a esta tribuna hoje para dizer aos Senhores Deputados que o discurso da semana passada me valeu uma reportagem paga em todos os jornais do Paraná por empresas que monopolizam o usuário do transporte e monopolizam a consciência daqueles que querem a justiça, a livre concorrência, a abertura de mercado.

Vivemos numa sociedade democrática! Queremos o capitalismo moderno! Queremos dizer não ao capitalismo arcaico!

O Governo do Paraná está preso ao mecanismo arcaico do setor do Transporte Coletivo, porque tem um regulamento que dá privilégios, porque tem um regulamento em vigência e que não permite ao Governo do Estado fazer por decreto a modernização desse setor.

Então, cabe aos Senhores Deputados, junto conosco, abrir o mercado, abrir a livre concorrência e promover a justiça social.

Fui indagado por empresários, uns 4 ou 5 e que detêm grandes recursos em suas mãos. Se hoje quisermos alugar um ônibus para viajar a Foz do Iguaçu, um ônibus leito, para 42 passageiros, ficando em Foz nos aguardando dois ou três dias, custará aproximadamente 6 milhões de cruzeiros. Se lotarmos um ônibus hoje, que faz o mesmo trajeto, a 540 mil cruzeiros a passagem, esse ônibus pode faturar até 23 milhões de cruzeiros. Se não falarmos, ainda, da pa-

rada do ônibus, ele pára sempre no mesmo lugar e dá um privilégio odioso.

Temos um DSTC, órgão fiscalizador do transporte intermunicipal do Estado do Paraná. Porém, precisa o DSTC ser modernizado! Precisa o DSTC ser transformado em autarquia, para poder ter a competência necessária para poder gerir o interesse do povo usuário do transporte coletivo, digo sempre, o trabalhador!

Não aceito, enquanto Deputado, enquanto homem público, eleito pela população, que não tenho aqui a minha cadeira assegurada, se não for colocar o meu discurso, a minha prática, para avaliação do povo que vai nos eleger. Por que é, então, que os donos das empresas podem ter o privilégio, sem querer colocar a sua competência, a sua decência, a sua legalidade, em favor de uma concorrência livre, justa, própria de um capitalismo moderno?

Eu sei que muitos que aqui estão, hoje, poderão imaginar: é um sonho. Mas, o sonho poderá transformar-se em realidade no momento em que os Senhores Deputados encamparem conosco esta luta! No momento em que o Senhor Governador Requião, que me recordo e me recordo bem, enquanto Deputado em seu gabinete existia um pneu de ônibus para retratar a injustiça, desde a época. E eu sei da competência e da seriedade e da eficiência do Governador Requião. E acredito, com toda a certeza, que não faltarão as palavras dele, enquanto um administrador público sério e comprometido com a modernidade, para promover e corrigir esta situação do transporte intermunicipal do Estado do Paraná!

Meus amigos! Compreendam, em poucas palavras o que quero dizer. Quero dizer a abertura de mercado! Quero dizer a livre concorrência! Quero viajar ao litoral do Paraná, pagando a passagem, mas escolhendo a empresa que quero viajar.

Tem aparte o Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, no Pequeno Expediente não há apartes.

O SR. NEIVO BERALDIN - Uso o Horário da Liderança do PSDB.

O Sr. Luiz Carlos Martins (Aparte) - Deputado Neivo Beraldin, o companheiro colega desta Casa tem toda a nossa solidariedade, tem todo o nosso apoio, visto que nós fomos o Relator do seu Projeto e também do Projeto do Deputado Hermas Brandão.

É constitucional. Ele tem que vir para o Plenário desta Casa, ele tem que ser discutido com toda a transparência, ele tem que ser analisado com profundidade,

como todos os projetos importantes são analisados, nesta Casa.

Portanto, Vossa Excelência, com todo o nosso apoio e tenho certeza absoluta, contará com todo apoio desta Casa e também do Executivo Estadual.

O SR. NEIVO BERALDIN - Para encerrar, já que poucos Deputados desejam se manifestar, neste momento.

Antes, concedo aparte ao Deputado Líder do PT.

O Sr. Ernani Pudell - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado, e quero me somar ao seu pronunciamento. Não bastasse sua eloquência ao tema que aborda, é de profundo interesse de toda a população do Estado do Paraná, especialmente dos usuários. É lamentável nós percebermos que neste País, onde se prega o neoliberalismo, a ausência do Estado na economia, são estes setores que pregam este modelo econômico os mesmos que se agarram ao capitalismo de cartório, ao monopólio de algumas empresas de ônibus. E é lamentável, também, perceber, e nós sabemos e observamos isto no seu discurso, nas entrelinhas, que o setor do transporte coletivo é monopólio, é muito poderoso, exerce um "lobby" muito forte, inclusive sobre o Poder Legislativo e sobre o Poder Executivo, e isto tem que ser desmontado urgentemente.

Recentemente, uma fita que foi veiculada pela TV Educativa do Paraná, mostrava uma verdadeira peregrinação de políticos junto ao Sindicato Patronal representando os interesses das empresas de ônibus. E lamentável que essa fita inclusive, segundo as notícias que circulam, foram devidamente editadas, onde foram retiradas muitas pessoas que freqüentam aquele Sindicato. E é lamentável também perceber que até mesmo alguns políticos que outrora denunciavam o monopólio do Transporte Coletivo, agora parece que amoleceram um pouco os seus princípios nas zonas que banham a Costa da Ilha das Cobras lá no litoral do Paraná.

De toda a forma eu quero dizer a Vossa Excelência que nós precisamos não apenas romper o monopólio do Transporte Coletivo, não apenas permitir a abertura desse mercado, mas sim, permitir que o Estado mantenha um controle absoluto e que em primeira mão esteja acima de qualquer coisa o direito do usuário, não é mais possível nesse País, com tamanha crise econômica que o setor tenha a oportunidade de ter um dinheiro tão fácil sem o risco, um mercado garantido, monopolizado como é o do Transporte Coletivo.

Eu, embora não professe aqui os ideais do liberalismo em sua profundidade, mas eu quero dizer a Vossa Excelência que o rom-

pimento do monopólio é uma questão muito importante para todo o Estado do Paraná e acredito que seria uma das medidas mais importantes que a Assembléia Legislativa deveria tomar ainda neste ano, se fosse possível.

Somo-me a Vossa Excelência e estamos aguardando que o nobre colega que pediu vistas do processo na Comissão de Constituição e Justiça, não suma de vista com o projeto e que ele venha a plenário, para que nós possamos discutí-lo o mais urgentemente possível.

Agradeço o aparte nobre colega Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Muito obrigado ao Líder do PT, Ernani Pudell, pelas suas considerações, e ao mesmo tempo, gostaria de fazer uma cobrança política para que todos os Partidos Políticos aqui nesta Casa tomassem uma posição pública em relação a isso, porque não é possível na hora das grandes decisões que interessam ao povo, começam a falar suas vozes. Todos têm obrigação de falar, a favor ou contra, é uma cobrança, é um pedido, é um desejo de um homem público. Tem o aparte o Deputado Bona Turra.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - Deputado, ainda ontem lia com atenção o Manifesto do Sindicato das Empresas de Transporte, a demonstrar que as posições de Vossa Excelência e o debate que se trava nesta Casa, está atingindo e alcançando fundo os interesses arraigados no setor. Eu acho que isto é mérito, isto é avanço, isto é sinal de que nós estamos caminhando um bom caminho. Evidentemente a questão do Transporte Coletivo Intermunicipal, se inter-relaciona de modo objetivo, concreto com a questão do transporte de massas na Cidade de Curitiba.

Ainda esta semana devo entrar com requerimento junto à Mesa, associando-me às manifestações de Vossa Excelência, já estou dando vistas dos projetos que estão em curso na Casa, como recebi também de Vossa Excelência a notícia de que o Poder Judiciário derrubou o dispositivo, esse sim inconstitucional, que foi introduzido na Constituição do Estado, de modo que nós estamos avançando. Mas devo ingressar com requerimento objetivo no sentido de que a Delegacia de Crimes contra a administração pública apure com rigor os crimes noticiados pela TV Educativa, dando conta da corrupção na Câmara Municipal de Vereadores. Lá se formou uma maioria silente diante de crimes graves contra o povo de Curitiba silente e em parceria com a Prefeitura Municipal, vem praticando toda sorte de irregularidades fazendo com que a tarifa do Transporte Coletivo, em Curitiba - que era

uma das mais baratas do País quando o nosso hoje Governador deixou a Prefeitura - tenha se tornado uma das mais caras e onerosas para a população trabalhadora. As notícias são de crimes, as notícias são de corrupção ativa e passiva, e eu tenho certeza de que esta Casa será unânime na condenação desta prática e de modo nenhum é possível aceitar a insinuação do Deputado Ernani Pudell que aqui, irresponsavelmente, procura fazer associar a imagem proba, austera e combativa do nosso Governador e de todos aqueles que o circundam no combate a todos os "lobbys", no combate a todos os esquemas - sejam eles empreiteiros, banqueiros ou donos de empresas de transporte coletivo.

Não posso aceitar e digo em nome da Bancada do PMDB, repudiar, firmemente, esta insinuação do Deputado Ernani Pudell que ao contrário de fazer a unidade das forças democráticas e populares nesta Casa, nas ruas, nas fábricas e nas universidades propõe aqui a divisão querendo jogar no campo da reação, no campo da corrupção quem sempre esteve no campo do povo.

São irresponsáveis, portanto, Deputado, essas suas colocações. Mas, com certeza, nós poderemos aqui, na unidade mais ampla poder aprovar um projeto no interesse da população do Paraná, poder aprovar um projeto no interesse do moderno empresariado. Porque tenho certeza que os setores progressistas que integram o empresariado paranaense, estão na expectativa de que nós possamos ter licitações limpas, públicas, no âmbito do transporte coletivo. Porque não há aí, Deputado Hermas Brandão e eu ouvia com atenção as manifestações do Deputado Hermas ainda recentemente na imprensa, não há direitos adquiridos em relação ao Poder Público, esses direitos só podem ser adquiridos e abdicados em concorrências públicas e não é a tradição no setor que garante esses direitos.

E por isso que a garantia, a publicidade e os procedimentos licitacionais que devem ser abertos para todas as linhas, lucrativas ou não, é uma das vitórias que deve ser conquistada a partir da aprovação do Projeto de Vossa Excelência com as melhorias que certamente os Deputados desta Casa irão propor.

O SR. NEIVO BERARDIN - No entanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, querem através do dinheiro oriundo do povo trabalhador do Paraná, vincular todos os veículos de comunicação deste Estado - matéria paga - para dizer que este Deputado está desinformado, para dizer que o que existe hoje não é monopólio, é privilégio. A Câmara dos Deputados autoriza o processo a um Presidente da República e a Assem-

blêia do Paraná, honrada que é, vai pôr um fim a esses privilégios, e vai abrir o mercado do transporte coletivo no Estado do Paraná. Porque acredito que o Estado do Paraná é um Estado modelo para este País, é um Estado que não rola dívida externa, é um Estado que não atrasa funcionalismo público, no Estado do Paraná não há uma empresa sequer, deficitária.

Se temos essa consciência, se temos um Estado que produz então porque não faremos justiça a alguém que está nos assaltando a nossa consciência, porque permitir o atual sistema de transporte de passageiros no Paraná, permitir o monopólio existente, o privilégio odioso, nós estaremos sofrendo uma interferência da nossa consciência de homens públicos que acreditam que a livre concorrência vai melhorar o sistema e o transporte coletivo. E sem conversar, sem falar da planilha. Aliás, para falar da planilha cobro dessa Mesa Diretora um reiniciar da CPI que está nesta Casa para tratar do transporte coletivo, para que nós, sentados aqui, dentro desta Casa, possamos inclusive analisar, discutir, ver preço, está caro, está absolutamente caro, é uma vergonha, e conto com vocês.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. ERNANI PUDELL (**Pela Ordem**) - Eu fui citado ofensivamente, e Vossa Excelência deve ter prestado atenção em meu discurso, em momento algum citei o Governador do Estado. Então, eu quero que fique registrado os meus protestos nos Anais desta Casa. Se infelizmente eu atirei no macaco e acertei no urubu, sinto muito Senhor Presidente, mas eu não tinha conhecimento dessas reuniões aí que aconteciam lá no antigo presídio da Ilha das Cobras do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores presentes.

A situação que passa o nosso País não é nenhuma novidade para nenhum brasileiro, a crise social que passamos, a fome, a miséria, o desespero dos brasileiros, a luta pela sobrevivência, o desemprego; essa realidade faz aumentar os conflitos sociais, os problemas sociais do País. Nós vimos acontecer, lamentavelmente, o consumo da bebida alcoólica, a destruição, a desestruturação das famílias, o próprio aumento do consumo de intorpecentes, os desajustes sociais e familiares, os menores abandonados a cada vez mais se avolumam pelas ruas das nossas cidades, os as-

saltos a supermercados, os arrastões, que está virando moda em nosso País. Esses conflitos sociais deverão ser olhados com muita preocupação pelos poderes públicos constituídos no nosso País.

As causas desses problemas sociais, sabemos que além da crise são os desajustes, são as corrupções, são as injustiças sociais causadas pela política econômica, pela política social, já há muitos anos implementado em nosso País.

Eu venho recentemente de um conflito que surge justamente por estas razões sociais que acabei de mencionar, onde no último final de semana, no Município de Nova Fátima, mais uma das ocupações de terras que ocorre no Paraná resulta em assassinatos, resulta em conflitos e, que a sociedade deve repudiar.

No Município de Nova Fátima, na divisa do Município de Ribeirão do Pinhal, um Senhor Chamado Heitor Penteado de Mello Peixoto, segundo dizem, é um banqueiro do Estado de São Paulo, é proprietário de uma área de aproximadamente 700 alqueires de terra. Na manhã do último domingo aproximadamente 200 famílias de famintos, de trabalhadores favelados, marginalizados da sociedade, residentes nas diversas cidades da redondeza de Nova Fátima, Ribeirão do Pinhal, Cornélio Procópio, e outras cidades vizinhas, empurrados pela fome, pelo desemprego, pela miséria, resolvem ocupar parte desta fazenda, para ali provavelmente, dali tirarem o seu sustento.

O confronto foi inevitável, os guardas da fazenda, que já provavelmente suspeitos do que poderia ocorrer, justamente porque, não posso afirmar, mas provavelmente porque a fazenda é improdutiva, recebem as famílias dos trabalhadores, dos desempregados, dos miseráveis, dos famélicos, com crianças, senhoras e homens a balas de diversos e grandes calibres.

A morte de um agricultor, provavelmente com o estômago vazio, com seus filhos ao redor, a vida deste trabalhador foi tirada por bandidos com este tipo de calibre, com estas armas, proibidas. Tenho aqui cascos de balas de espingarda calibre 20, calibre 12, calibre 16, revólver 38 e ainda tive oportunidade de ver um casco de bala calibre 44, que são armas expressamente proibidas de serem utilizadas, a não ser pelas Forças Armadas do País.

Estas balas assassinas tiraram a vida de um pai de família que viu seus filhos pedindo socorro e chorarem de fome ao seu redor por vinte e quatro horas sem nem sequer serem tomadas as providências, por parte das autoridades, para a retirada do corpo do local.

As famílias dos sem-terras foram afugentadas. Ao fugirem do local do confronto, encontraram uma barraca onde um outro

pistoleiro do bando estava cuidando. Ali prenderam um dos pistoleiros, ou dos "guardas" da fazenda, levaram para o acampamento. E aqui vem uma grande constatação para aqueles que vêem naqueles famintos trabalhadores os baderneiros da sociedade, duvido que as famílias que ali assistiram e presenciaram um "guarda" da fazenda disparar um tiro de calibre 12, que esfacelou a cabeça de um agricultor, feriu o seu filho de 13 anos que estava ao lado e mais outras pessoas que estavam ao redor, assistiram ali o tombamento daquele agricultor, a 300 metros prenderam um do grupo dos bandidos, trouxeram ao acampamento, amarraram à uma árvore, como a imprensa publicou, ao lado do corpo e ali permaneceram por vinte e quatro horas. Permaneceram das três horas do domingo até às três horas da tarde de segunda-feira, vendo o corpo tombado, sem mexer, esperando as autoridades chegar e o bandido preso, amarrado à uma árvore ao lado e nem sequer um tapa, nem sequer um ferimento, aquelas duzentas pessoas, ou mais, que estavam ali presentes, cometeram em relação aquele pistoleiro, componente do bando, porque o assassino fugiu correndo do local naquele momento.

O que nos deixa preocupados é a burocracia da Justiça, a burocracia das tramitações legais. O Deputado Alborghetti fala muito disto em seus programas, o corpo tombado às três horas da tarde, foram chamadas as autoridades locais para virem fazer os autos, e ao estar lá na sexta-feira visitei o Delegado de Polícia da Cidade, o Dr. Ricardo de Vicenti, quando ele relatou um fato que me deixou revoltado. O Delegado disse que solicitou, no dia do acidente à tarde, auxílio da Polícia Militar para retirar o corpo e pegar o preso que estava lá com os sem-terras. O Comandante do pelotão que está sediado em Nova Fátima lhe disse que não podia fazer sem autorização superior. A Delegacia em precárias condições só tem dois policiais civis, um escrivão, um policial e um detetive. O Delegado não tinha condições de ir lá com duas pessoas, ele solicitou reforço da Polícia Militar, o comandante pediu licença à seu superior e foi informado que não podia, que ele não teria autorização para ir lá retirar o corpo, que ficou lá mais de 24 horas, o bandido preso amarrado ao lado do corpo do defunto, do agricultor com a cabeça esfacelada por esses cartuchos aqui, por balas desses calibres.

E aí, 24 horas depois o Delegado teve que cometer um ato de heroísmo enviando dois policiais civis acompanhados pelo padre da paróquia que foi tentar apaziguar os ânimos no acampamento e tentar intermediar para retirar o preso que possivelmente poderia ser assassinado. E ficou arre-

piado de ver como aquelas famílias, mães, crianças, filhos, famintos, miseráveis, não esquartejaram aquele bandido ou aquele componente da guarda florestal do Senhor banqueiro - segundo dizem, de São Paulo - que permaneceu 24 horas ao lado do morto sabendo que ele era um dos componentes do bando de pistoleiros que invadiu o acampamento matando o agricultor. Após 24 horas é que se conseguiu com dois policiais civis, fazendo um percurso de quase vinte quilômetros, passando pelo Município de Ribeirão do Pinhal; atravessando um rio de quase 150 metros com um caiaque podre, com sérios riscos de acidente; carregando o corpo do morto numa vara como se fazia nas épocas da antiguidade; e levando o preso para a delegacia para ser feito os autos e levando o corpo para o Instituto Médico Legal.

É de lamentar que, segundo me disse o próprio delegado, o comandante da Polícia Militar da região, se não me engano de Cornélio Procópio, sargento ou tenente Penha, não autorizou os seus subordinados de Nova Fátima a irem acompanhar a Polícia Civil para retirar o corpo e o preso daquele local, e 24 horas depois já quase que, com perdão da palavra, fedendo, o corpo foi retirado nestas condições daquele local. É de lamentar que ocorra isso em nosso Estado do Paraná em pleno século XX.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu não tive oportunidade de chegar à tempo, mas na sexta-feira à tarde se reuniu na Câmara de Vereadores daquele Município o Secretário da Segurança do Paraná, Dr. Faveti, os advogados do fazendeiro, representantes dos sem-terras, autoridades municipais, e chegaram a um entendimento de que seria feito um policiamento no ato, naquele local, porque um confronto estava prestes a ocorrer novamente. Ambas as partes acordaram e que o Secretário de Segurança mandaria naquela tarde, ainda, policiamento para separar o bando dos guardas florestais com o bando dos sem-terra que estavam a uma distância um do outro para evitar novos confrontos. Fizeram o acordo com o aval do Secretário, o cessar fogo se acalmaria os ânimos, se iria fazer, também, um levantamento da área através dos órgãos competentes, e um acordo feito e assumido também pelos dois lados que se a terra fosse dado um laudo como produtiva os sem-terra se retirariam do local, isso por volta de três horas da tarde da última sexta-feira.

As 7:30 horas da noite os pistoleiros continuavam, ainda, rondando e atirando à 100 metros do acampamento com, balas pesadas desse calibre. Isso assistido pelo padre e por outras pessoas que foram ao local para comunicar o acordo, o cessar-fogo que havia sido entendido com o

Secretário.

Eu saí do Município de Nova Fátima, após também uma ameaça de morte a mim por telefonema anônimo e ao padre daquele local, na sexta-feira, à noite, e ainda não havia um policial na área. Quando na sexta-feira de manhã eu tive a oportunidade de chegar ao local onde houve o assassinato e a invasão, a ocupação da terra. Hoje eu tive um telefonema novamente com aquele município e até este momento, ou melhor, até às onze horas desta manhã nenhum policial havia sido deslocado para a área. Um crime de tensão desta monta e o Secretário de Segurança não teve ainda a competência de mandar a Polícia Militar para ir lá separar o conflito até que o juiz e as autoridades tomem as medidas legais da retirada dos sem-terras ou da desapropriação da área ou um próprio entendimento entre as partes.

O fazendeiro não cumpriu o seu acordo porque após três, quatro horas ainda permaneciam os seus pistoleiros dando tiros ao redor do acampamento. O Secretário não cumpriu a sua parte do acordo porque até hoje, passados cinco ou seis dias, ainda não se fez a intermediação para separar, para evitar novos confrontos, novos conflitos ou, talvez, novas mortes que poderiam ter acontecido neste período. É de se lamentar que as autoridades sejam tão lentas, tão lerdas nestes momentos para tomar as decisões para, pelo menos, evitar novos confrontos e fazer evitar novas mortes de pessoas, talvez dos guardas florestais, talvez daqueles agricultores que estão brigando, derramando o seu sangue para ganhar o pão de cada dia, para colocar alimentos na mesa dos seus filhos.

Eu percebi na região, em vários municípios pequenos, que não há oportunidade nenhuma de emprego para aquelas pessoas que abandonam ou que são obrigadas a abandonar o campo, abandonar a terra e se dirigirem para a cidade a procura de uma sobrevivência melhor. Nós tivemos a oportunidade de visitar o local e perceber isso a olho nu.

Durante a tarde em que estive lá tive vários contatos, tentei conversar com o comandante Major Nilton de Jacarezinho, comandante da Polícia Militar da Região, fiz vários telefonemas e não consegui encontrar o major: uma hora tinha ido para cidade; outra hora não tinha ido não sei para onde; outra hora tinha ido para casa. Ou não quis me atender ou não estava cumprindo com a sua função. Tentei falar com o subcomandante Major Simões que as onze horas já estava em casa, às duas horas só que ele estaria de volta ao comando da Polícia ou no quartel da Polícia Militar de Jacarezinho. Tentei conversar com o Capitão Manoel Pinha de Cornélio Procópio

e ele não pôde me dizer nada, disse-me também que ele também não poderia fazer nada, onde a área estava sob a sua jurisdição, porque havia sido feito um acordo e o Secretário de Segurança iria resolver o problema de mandar o policiamento e ele teria que ser solicitado para isso. Uma omissão completa, pelo que pudemos perceber, das autoridades locais.

Tentei um contato com o Secretário de Segurança, mas também não foi possível. Conversei com o Diretor-Geral da Secretaria de Segurança e ele me disse o seguinte: o acerto foi feito para fazer um desarmamento total na região e para isso nós precisamos de recursos, o Governador precisa liberar os recursos para que o Comando da Polícia possa contratar ônibus, possa comprar alimentos para levar os policiais para o local. Absurdo o que nos foi justificado. Num novo contato me disse o Diretor-Geral da Secretaria de Segurança que amanhã é que será feito porque, até agora, não houve liberação de recursos para poder deslocar as tropas, pelo menos o contingente de oito, dez policiais para permanecerem no local e evitar os conflitos entre os dois grupos que estão prestes a se revidarem, provavelmente, naquele local.

Nós tivemos a oportunidade de fazer a visita, como já disse, ao Delegado de Polícia e ver a precariedade que ele tem no seu atendimento na questão da segurança naquele município, e também, o juiz de Direito.

Urgente se faz Senhor Presidente, Senhores Deputados, que se tomem medidas sérias para resolver aquele conflito que poderá, amanhã ou depois ter mais notícias de mais defuntos, de mais vidas que serão ceifadas, por falta de competência, pela insegurança que permanece naquele local. Tenta-se manipular, tenta-se dizer que os "sem-terra" são perigosos e estão armados até os dentes, eu tive a oportunidade de ouvir lá no acampamento.

A vontade e a pressa que os "sem-terra" tinham de que viesse a Polícia Militar para impedir que houvesse o confronto, porque enquanto o Jornal de Londrina publica aqui uma foto de um agricultor expondo uma Taquari, daquelas de carregar com pólvora pelo cano, os "guardas" do fazendeiro banqueiro de São Paulo, que, para mim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, este sim é um invasor de terras do Paraná, este sim, é um banqueiro de São Paulo, que invade terras no Paraná e impede o nosso povo de trabalhar. Exibem armas deste calibre, deste tipo, armas que inclusive só o Exército pode ter.

Está aí a prova. Quando a imprensa denunciava, há alguns dias no início do ano, os contrabandos de armas da Argentina, do

Paraguai, pelos fazendeiros do norte do Paraná, balas de revólver 44, que aqui não se pode adquirir tão fácil, espingardas pesadas de calibre 12, com dez, doze tiros, um atrás do outro, contra uma Taquari de carregar cada tiro pelo cano, quando demora meia hora.

Este é o confronto, este é o perigo que se tem. São as armas deste calibre aqui contra a fome, contra a miséria, contra as mulheres procurando ganhar o pão ou o copo de leite para colocar na mesa dos seus filhos.

Justiça há de ser feita, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Pode ser legal ou provavelmente será legal um proprietário ser dono de 700 alqueires de terra, que eu percorri ao redor desta fazenda, pelo asfalto, uns três ou quatro quilômetros, percorri mais uns dois quilômetros dentro dela até onde estão os "sem-terra" acampados. Eu não vi uma cabeça de gado, quando a imprensa declara que tem duas mil e quinhentas cabeças de gado.

Senhor Presidente, solicito o horário da Liderança do PT. Falo no Grande Expediente, Senhor Presidente. Então tenho mais dez minutos e tento concluir.

O Sr. Ernani Pudell - Senhor Deputado, solicito aparte.

(Assentimento).

Agradeço o aparte de Vossa Excelência, companheiro Ovídio. É evidente que mais este caso, completa a omissão por parte dos organismos de segurança do Estado do Paraná com relação ao banditismo e à barbárie que está sendo implantada no campo, neste Estado. Na nossa região, em Cascavel, hoje existem fazendeiros que gastam mais com armamento pesado do que com maquinário agrícola, contratando-se capangas que depois, quando não houver mais trabalho nessas fazendas, com essas mesmas armas pesadas se voltarão contra aqueles que lhes forneceram as armas. Isso não é uma profecia, isso muitas vezes já ocorreu no Estado do Paraná e tenho certeza, irá ocorrer novamente. Fui testemunha também. Uma vez dessa tribuna eu denunciei e alertei ao Secretário de Segurança que na região oeste do Paraná estavam se armando jagunços com armamentos pesados, e o governador do Estado então, e também o Secretário, disseram que isso era um delírio desse Deputado, que isso não ocorria no Paraná, que era um Estado de paz, no entanto, no dia seguinte, os "sem-terra" apreenderam metralhadoras privativas do Exército argentino nas mãos de jagunços. Agora nós estamos assistindo esta triste notícia: um pai de família baleado ao lado de seu filho de 13 anos, e que Vossa Excelência talvez tenha esquecido de mencionar em seu relato, uma criança de 13

anos foi atingida - o cidadão estava desarmado, estava com a criança - por um bandido, a sangue frio, deixando o seu corpo por 24 horas sem ser resgatado.

Isto não se admite! Um quadro desta natureza não se admite nem nos países que vivem as piores guerras, as piores tragédias, onde deve haver um mínimo de humanismo, em se retirar o corpo do cidadão. E, no entanto, o nosso Secretário de Segurança, parece que fica fazendo tese de sociologia em vez de entrar em ação e garantir a Segurança Pública.

E o que é mais grave ainda, esses três setores reacionários do latifúndio, que exigem a proteção ao direito de propriedade, são os mesmos que estão segurando na gaveta do Senado e da Câmara Federal os projetos para regulamentação da reforma agrária. A omissão inclusive do Congresso Nacional neste caso é muito grave. Porque se não forem regulamentados os dispositivos que permitem a desapropriação das áreas improdutivas, nós não teremos reforma agrária, e sem a reforma agrária nós não teremos justiça e sem a justiça nós jamais teremos democracia e cidadania de fato neste País e neste Estado.

Então, é lamentável esta omissão do Governo do Estado, tão lamentável quanto é a omissão criminosa do Congresso Nacional em impedir a aprovação e a regulamentação da reforma agrária e principalmente também, e infelizmente pela posição do Governo Federal, do já finado Collor - felizmente - é que não teve vontade política de implantar a reforma agrária.

Apenas quero registrar aqui a minha posição no seguinte sentido: as questões dos conflitos de terra no Paraná não podem ser resolvidas com violência, com jagunços com armas. Os conflitos de terra no Paraná serão resolvidos na medida em que haja uma legislação competente, que haja vontade política, que os governos, a nível estadual e federal se antecipem, que levantem as áreas improdutivas que temos no Estado do Paraná e que estão com a sua titulação irregular, e essas áreas de terra sejam destinadas ao assentamento de famílias de trabalhadores sem-terra. Com isso, teremos solucionado um problema social, teremos o aumento da produção, teremos milhares de famílias colocadas na condição de cidadãos com direitos, produzindo, gerando impostos e benefícios para toda a população do Estado.

Muito obrigado!

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Agradeço o aparte do nobre colega. Aproveito para dizer que aquelas pessoas, que aquele guarda preso e que a imprensa publica aqui fotos do Jornal "Folha de Londrina", do último dia 26, o pistoleiro amarrado ao

lado do corpo, jogado no chão, onde permaneceu por 24 horas. Sô não aconteceu o pior, porque realmente temos que acreditar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que os sem-terra não são bandidos, são pessoas que querem trabalhar para produzir o seu alimento e para não morrer de fome.

A lógica seria de que após o assassinato, o corpo permanecendo ali por 24 horas, como eu já disse anteriormente, esse pistoleiro preso, amarrado ali pelo mesmo período, ter sido esquartejado, talvez, por aquelas pessoas. Mas esta é a prova de que as pessoas não estão lá para fazer banditismo, que são famílias que querem apenas produzir o seu alimento, que querem fazer este País progredir e trazer comida para as nossas mesas. E como eu dizia, eu não vi nenhuma cabeça de gado em 700 alqueires. Não percorri tudo. E também não tenho nenhum elemento para dizer se a área é produtiva ou improdutiva. Mas em todo o período em que andei pela fazenda, e o asfalto percorre porque você pode avistar de longe, não se via uma cabeça de gado sequer, apenas alguns alqueires de terra plantados na sede da fazenda.

E, mais uma: o corpo não foi retirado porque os bandidos, os pistoleiros do fazendeiro não deixavam nem a Polícia entrar. Os dois soldados à paisana, em companhia do padre, fizeram este caminho por 15 km a mais, em estrada de chão, e atravessando um rio do Município de Ribeirão do Pinhal para o Município de Nova Fátima, para poder chegar no local e retirar o corpo naquelas precariedades, como acabei de citar.

O pistoleiro preso declara em seu depoimento que está na Delegacia e na imprensa, que com ele estavam mais quatro. E declara as armas de calibres grossos como estas ou mais, eu não tenho na cabeça os dados, mas eu tive oportunidade de acesso à leitura do depoimento dele, e cita os nomes dos pistoleiros! Até o momento em que estávamos lá, nenhum dedo se entortou para procurar os assassinos, para procurar os bandidos. Se está errada a ocupação da terra, é um fato que vai se julgar pela lei. Mas, o crime é um outro processo, a parte, que a justiça deverá julgar e deveria ter julgado. Mas, a incompetência, a precariedade, o acobertamento, provavelmente, faz com que até hoje, possivelmente, sequer alguém saiu atrás dos bandidos, que estão declinados lá no inquérito policial, instaurado na Delegacia. E este pistoleiro declara que recebe um milhão por dia para fazer a guarda da fazenda.

Os próprios sem-terras, antes do conflito, a ingenuidade destas famílias é mais uma vez comprovada, tiveram até alguns diálogos cordiais, quando se diz que

até iriam no acampamento dos pistoleiros pedir leite para as crianças. Fizeram até amizade com um deles, para que o cara pudesse descobrir quem eram, realmente, as pessoas que estavam lá. E algum destes pistoleiros confessava: "Olha, nós estamos aqui e não vamos fazer nada para vocês, mas o fazendeiro pagou um milhão por cabeça de cada um que nós matarmos, aqui, na ocupação".

São declarações que os sem-terras irão dar nos seus depoimentos, no inquérito do crime que está instaurado na Delegacia.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, estes conflitos são alarmantes, realmente. E está aí na Assembléia o pedido de "impeachment" do Governador, em função de casos parecidos, como este, dos já passados aí no Paraná, nos quais não vamos entrar em detalhes, no momento. Mas, eu quero citar, aqui, o que aprovamos na semana passada, para que se transcrevesse nos Anais da Casa, na Sessão da última segunda-feira, um texto publicado pelo Sr. Régis Fernandes de Oliveira, ex-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros e Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, onde no jornal "Folha de São Paulo" do dia 28.04.91; gostaria que os Srs. Deputados tivessem acesso e procurassem na Casa, na última segunda-feira nós transcrevemos nos Anais, este texto com o título: "A Propriedade e os Sem-Terras".

E este grande magistrado diz o seguinte, em alguns pequenos trechos que quero relatar: "Parto do pressuposto da existência, em nosso ordenamento jurídico, do direito de propriedade (inciso XXII, do artigo 5º da Constituição Federal, onde se garante o direito à propriedade). Não se pode", Sr. Presidente e Srs. Deputados - diz o magistrado, "desconhecer, todavia, que sô ele assegurado quando atender a sua função social, no inciso XXIII do mesmo dispositivo da Constituição. Esta expressão não é solta, no nosso direito, e nem vazia de conteúdo, tem vínculo real de que a terra deve ser o amplo seio de onde todos retirem seu ganho. Somente pode ser apropriada e garantida pelo Poder Público quando esteja produzindo e prestando serviços a todos. Quando não, quando inculta, abandonada ou improdutiva, não se presta a finalidades especulativas. O ter por ter, o ter sem finalidade social agride princípios mezinhas de direito. Dentre os valores em discussão, o juiz" - aqui eu chamo a atenção para a atitude dos nossos juizes do Paraná - "O juiz não pode raciocinar com arquétipos normativos de 1916 (época do Código Civil). Naquele espaço temporal inexistiam conflitos agrários os confrontos eram intersubjetivos, interindividuais. Os problemas ainda não se haviam massificado. Será que é possível bus-

car a solução de hoje, do nosso tempo, com soluções legais antiga de cerca de 70 anos atrás? Ao tempo da edição da norma, não havia invasão multitudinária. Logo, a solução não pode ser a mesma.

Fica em desconexão com a realidade. Esta é que move os fatos ou nela que eles acontecem. O fato bruto deve ser lapidado pelo juiz.

A transformação de homens sérios em fantasmas; do ser humano em ser pedinte, da dignidade alienada pelo pão, tudo é dramático no Estado democrático de direito que não oferece iguais oportunidades. A descaracterização do ser humano é o que mais traumatiza. O brasileiro de mão caalejada e vira espectro da sociedade.

O Sr. Magistrado dá mais detalhes muito importante neste seu relato. Cita inclusive o artigo 170 da nossa Constituição Federal que diz o seguinte: "A ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa tem por fim assegurar a todos a existência digna conforme os ditames da justiça social observados os seguintes princípios e entre outros a função social da propriedade, a livre concorrência, a defesa do consumidor, etc... até dizendo a redução das desigualdades regionais e sociais". Aqui está Sr. Presidente, Srs. Deputados argumentos convincentes e legais das autoridades...

Para concluir Sr. Presidente, eu estou usando o horário da Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) - O Horário da Liderança do PT já foi usado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Eu estou concluindo meu pronunciamento Sr. Presidente.

(Assentimento)

A Constituição nos garante, a Constituição garante sem o direito à propriedade. Mas além disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um País tem que garantir o direito a vida a seus brasileiros, a seu povo e é isto que o povo sem terra, que o povo trabalhador procura nesse País. Eu quero concluir dizendo que fui ameaçado de morte naquele local, quando após um telefonema para a Emissora de Cornélio Procópio Iã do Município de Nova Fátima, desligando o telefone, recebemos um telefonema anônimo o qual registramos queixa na delegacia local onde uma pessoa, voz masculina, um mandante provavelmente, do Sr. banqueiro, do Sr. Peixoto, não sei das quantas, ameaçava-nos. Deputado você e o Padre se retirem do caso, porque alguém morreu e vocês poderão ser os próximos". Este é o tipo de solução que os Fazendeiros acham viável para os problemas sociais do nosso País, o que lamentamos. Esperamos que esse conflito, seja resolvido sem mais crimes,

sem mais mortes, sem mais derramamento de sangue, mas que também as pessoas de bem deste País mesmo os Srs. proprietários pensem na fome, na miséria, naquelas crianças famélicas que estão morrendo milhares por dia de fome neste País e que este direito a vida é superior ao direito da propriedade.

Muito obrigado. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Sr. Lourenço Fregonese pelo PRN.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A cerca de 9 dias atrás, nós tivemos uma discussão aqui na Assembléia referente a um requerimento do Deputado Geraldo Cartário o qual se congratulava com o Presidente Itamar Franco em sua política de austeridade nos preços dos combustíveis. Depois de 10 dias nós vimos que o Presidente Itamar Franco, ao invés de dar 22,5% aumentou os combustíveis em 31,7%. Numa prova, demonstrando toda a incapacidade que o Governo Federal tem hoje em gerir as coisas públicas do Brasil.

Mas, isso não vem ao caso. O que vem ao caso e eu convoco aqui o testemunho do Líder, Orlando Pessuti, pela ocasião da EXPOSUL eu conversava com o Governador Roberto Requião e dizia a ele: - Governador o senhor está cercado de muitos admiradores e de poucos colaboradores. E esta é a última vez que eu digo isso na tribuna. O Governo Roberto Requião carece de pessoas competentes. Não digo que todo o governo seja de pessoas não habilitadas. Mas, um governo como o Paranã, deveria se colocar com pessoas muito mais competentes para tratar da coisa pública do Estado do Paranã.

Eu, naquele jantar, dizia ao Governador: - Governador, corre uma ação trabalhista no Porto de Paranaguã aonde o senhor vai perder. O senhor vai perder porque seus advogados erraram tudo o que podia acontecer em Lei Trabalhista. E o Governador disse a este Deputado: - Não, Fregonese, você está errado. E eu disse ao Governador: - Governador, eu lhe provo que estou certo.

Três dias depois eu mostrei ao governador todas as provas possíveis e cabíveis que eu tinha razão e que o governo estava errado, porque, existiam ali - naquele processo, admiradores e não colaboradores. Acontece que, na sexta-feira, a Justiça do Trabalho arrestou do Banco do Estado do Paranã - Ag. Paranaguã, trinta e sete bilhões e meio de cruzeiros. Dívida que o Porto tem com os funcionários do Sindicato dos Portuários. Dívida esta devida aos

funcionários. Com este arresto de dinheiro, dos 91 bilhões que o Porto tem aplicado, trinta e sete bilhões e meio foram, imediatamente, transferidos à Caixa Econômica na Agência - Paranaguá. Mostrando, mais uma vez, a todo o Estado do Paraná e a todo o Brasil que quem paga mal paga duas vezes.

Portanto, eu gostaria, na data de hoje - 30 de novembro, pedir ao Governador que se realmente quiser que este Estado ande, aconteça, que refaça a sua equipe. Porque a que aí está, muitos deles deixam muito a desejar. E está certo o sindicato dos portuários. Ganhou e vai ganhar outra ação que amanhã será julgada e já está decretada a prisão do superintendente se não, imediatamente, executar a ordem judicial da Justiça do Trabalho.

E aqui eu digo ao PMDB mais uma vez, ao Líder Orlando Pessuti: Quem paga mal paga duas vezes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 42 Senhores Deputados.

Em discussão CPI que vai apurar possíveis irregularidades no desvio de verbas pela corporação da Polícia Militar do Estado para contas particulares do oficialato e a construção de colônia de férias, publicado no Diário Oficial do dia 24/11/1962. Nestas condições convoco o Senhor Heinz Herwig, 1º Vice-Presidente em exercício, para que amanhã convoque os membros da comissão, que são: Henrique Bona Turra, Oswaldo Trevisan pelo PMDB, suplentes Cleiton Kielse e Toti Colaço; João Preis pelo PST; Plauto Miró Guimarães pelo PFL; PTB, João Iensen; PDT, Cezar Silvestri; PSB, Antônio Annibelli; PL, Colombino Grassano; PT, Doutor Rosinha. Os demais não têm suplentes.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - O PDT está indicando a Deputada Emilia Belinati para suplente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito. Senhor 1º Vice-Presidente em exercício, Doutor Heinz Herwig, convocará os Senhores Deputados.

Artigo 41 do Regimento Interno, se qualquer das comissões permanentes especiais de inquérito não citá-la dentro de cinco dias, contados a sua organização, o Presidente da Assembléia convocará os seus membros com dissidência de vinte e quatro horas para se reunirem em uma das salas do Edifício da Assembléia, sob a presidência

do 1º Vice-Presidente da Assembléia, elegendo o Presidente e Vice-Presidente da Comissão.

Sobre a mesa, Ofício nº 534/92, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 30 de novembro.- **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Paulo Maia, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome da Senhora Deputada Emilia Belinati, como suplente do Senhor Deputado Cezar Silvestri na CPI da Polícia Militar.- **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando licença do mandato parlamentar para assumir a Prefeitura Municipal de Curitiba, como Vice-Prefeito, no período de 27 de novembro a 04 de dezembro.- **Aprovado.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão.- **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

O SR. HEINZ HERWIG (Pela Ordem) - Eu gostaria de convocar então essa Comissão de Inquérito para amanhã, após a Sessão, para se reunirem na sala de Comissões para tratar o assunto relativo a essa Comissão de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa convida os Senhores Deputados que fazem parte da Comissão para após a Sessão de amanhã, sob a presidência do Deputado Heinz, que se reúnam para escolher o Presidente e Vice-Presidente e a designação do relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 115/92, aprova a abertura de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.291.000.000,00 (seis bilhões, duzentos e noventa e um milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, visando atender o programa de Ovinocultura e o programa de Manejo Integrado de Solos e Água. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Em REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 167, de 23.11.92 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 362/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 115/92, objetiva a presente matéria a abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, no valor de seis bilhões, duzentos e noventa e um milhões de cruzeiros, visando atender ao Programa de Ovinocultura e ao Programa de Manejo Integrado de Solos e Água.

Utilizam-se recursos provenientes de cancelamento de dotações da própria Secretaria, para cobertura do crédito mencionado e, em consequência, altera-se, também, o demonstrativo da Receita de Recolhimento Descentralizado constante do Orçamento vigente.

Sob os aspectos a que esta Comissão é chamada a opinar, temos que nada obsta a tramitação da matéria, motivo que nos leva a dar parecer FAVORÁVEL à sua aprovação pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 25.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 362/92

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 115/92, objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.291.000.000,00 (seis bilhões, duzentos e noventa e um milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, visando atender o programa de Ovinocultura e o programa de Manejo Integrado de Solos e Água.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal, constitucional e regimental, recebendo desta parecer favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comis-

são opinar, conforme lhe preceitua o § 3º, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável, igualmente, opinando pela aprovação do presente Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Presidente e Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 119/92, aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Em REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 167, de 23.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 360/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem nº 119/92, do Poder Executivo, objetiva a presente matéria obter autorização para crédito suplementar no valor de quinhentos milhões de cruzeiros, ao vigente orçamento do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE.

Para a cobertura do crédito de que trata o Projeto, utilizar-se-ão recursos provenientes de cancelamentos de dotação do próprio Órgão. Em decorrência de tal ato, acrescem-se as receitas no Código Orçamentário 1990.99.00. Outras receitas, reduzindo-se-as no Código Orçamentário 2380.00.00.

Sob o aspecto a que esta Comissão é chamada a opinar, não encontramos qualquer óbice à sua tramitação, motivo que nos leva a opinar FAVORÁVELMENTE à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 360/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 119/92, o Projeto de Lei, objetiva aprovar um crédito suplementar ao vigente orçamento do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, no montante de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros).

A vista da Comissão de Constituição e Justiça, a proposta recebeu parecer favorável, quanto a sua legalidade.

Chamada a opinar, essa Comissão de Fi-

nanças entende não haver óbices de qualquer natureza e emite parecer favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 359/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 116/92, aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Faculdade de Educação Física de Jacarezinho, conforme específica. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGENCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 167, de 23.11.92 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 359/92

P A R E C E R:

Nada impede que possa tramitar pela Casa o Projeto de Lei nº 359/92, do Poder Executivo, que transfere recursos dentro da própria instituição, ao Ensino de Educação Física da Faculdade de Jacarezinho.

E constitucional, legal e atende à técnica legislativa.

E nosso parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 359/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 116/92, o presente Projeto de Lei, objetiva aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho, conforme específica.

A presente proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, que em seu parecer, manifestou-se favorável à sua aprovação.

Assim sendo, esta Comissão de Finanças, segue o entendimento da Comissão supra citada, opinando pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 117/92, aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Râ-

dio e Televisão Paraná. Com PARECERES FAVORAVEIS da CCJ e CF. EM REGIME DE URGENCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 167 de 23.11.92 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 358/92

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem nº 117/92, do Poder Executivo, a proposição em tela objetiva autorização para abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento próprio da Fundação Rádio e Televisão do Paraná, no valor de cento e noventa milhões de cruzeiros.

Os recursos necessários à cobertura da referida suplementação serão cancelados da dotação da própria entidade.

Analisada a matéria sob o aspecto a que esta Comissão é chamada a opinar, nada há que obste sua tramitação, razão pela qual somos de parecer favorável à aprovação da mesma.

Sala das Comissões, em 25.11.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 358/92

P A R E C E R:

Oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental nº 117/92, o presente Plano de Lei objetiva aprovar abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Rádio e Televisão do Paraná.

Encontra-se a iniciativa de acordo com os dispositivos legais, regimentais e constitucionais, pois sobre o mesmo, já existe o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Inexistindo pois, óbices de qualquer natureza, esta Comissão é de parecer favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.92

(a) LOURENÇO FREGONESE

Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 357/92, aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 167 de 23.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 357/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 118/92, objetiva o Projeto em tela autorização para abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, no valor de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros.

O referido crédito tem como objetivo atender a convênio de ampliação do Colégio Agrícola do Oeste do Paraná, a ser mantido pela Universidade Federal do Paraná.

Os recursos que servem como cobertura do crédito em questão, são decorrentes de cancelamento de dotações da própria Secretaria. Assim sendo, este Relator considera a matéria constitucionalmente perfeita, opinando favoravelmente à sua aprovação por esta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 25.11.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 357/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem nº 118/92, tem por finalidade aprovar a abertura de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio.

A medida proposta recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.92

(a) LOURENÇO FREGONESE
Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 355/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 113/92, aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 37.500.000.000,00 (trinta e sete bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 167 de 23.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 355/92

P A R E C E R:

Proveniente de Mensagem Governamental

nº 113/92, objetiva a presente Projeto a abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento próprio da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, visando atender a despesas com pagamento de pessoal, serviços de terceiros, sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores.

Para cobertura do crédito mencionado, utilizam-se recursos provenientes de excesso de arrecadação da própria entidade.

Nada encontrando que obste a tramitação da matéria, quanto a sua constitucionalidade, opinamos favoravelmente à aprovação da matéria em questão.

Sala das Comissões, em 25.11.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 355/92

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 113/92, objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 37.500.000.000,00 (trinta e sete bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, visando atender a despesas com pagamento de pessoal, serviços de terceiros, sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal, constitucional e regimental, recebendo desta, parecer favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3º, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável, igualmente, opinando pela aprovação do presente Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.92

(a) LOURENÇO FREGONESE
Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/92, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Cambê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no D.A. nº 163 de 16.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROTOCOLO nº 8933/92

PROJETO DE LEI nº 347/92

SOMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Cambê.

AUTOR: * * Deputado Orlando Pessuti

P A R E C E R:

O autor deseja declarar de Utilidade Pública estadual a Associação das Senhoras de Rotarianos de Cambê com sede e foro na Cidade de Cambê, tendo juntado a documentação necessária.

Opinamos favoravelmente à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Com voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 339/92, de autoria do Deputado Carlos Simões, altera o artigo 1º da Lei nº 10.104, de 09 de outubro (Declara de Utilidade Pública a Associação Erceana Compolarguense), com sede e foro no Município de Campo Largo. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 160 de 10.11.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 339/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Carlos Simões, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva alterar a redação do art. 1º da Lei nº 10.104, de 09 de outubro de 1992, que declarou de Utilidade Pública a Associação Erceana Compolarguense.

O mesmo objetiva tão somente corrigir engano quanto à localização da referida Associação, a qual pertence ao Município de Campo Largo.

Desta forma, opinamos favoravelmente à tramitação e posterior aprovação do projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARAES - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/92, de autoria do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, declara de Utilidade Pública o "Nosso Canto - Centro de Adaptação Neurológica Total", com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 159 de 09.11.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 329/92

P A R E C E R:

Trata-se de processo em que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual o "Nosso Canto - Centro de Adaptação Neurológica Total", com sede no Município de Foz do Iguaçu. O Autor fez juntar a documentação necessária.

Opinamos favoravelmente à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/92, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, declara de Utilidade Pública a "Associação de Defesa e Assistência a Pessoas em Tratamento Especiais", com sede e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 157 de 05.11.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 326/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que objetiva declarar de utilidade pública a "Associação de Defesa e Assistência a Pessoas em Tratamentos Especiais", com sede e foro no Município de Curitiba.

Do ponto de vista regimental o mesmo encontra-se devidamente adequado, inclusive, com a justificativa em anexo.

Analisando-se o projeto conforme as especificações contidas na Lei nº 6.994, que disciplina as normas para declarações de utilidade pública, o mesmo está corretamente elaborado.

Nestas condições, opinamos favoravelmente a tramitação e posterior aprovação do mesmo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.92.

(a) ERONDY SILVERIO - Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARAES - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/92, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, fica declarada de Utilidade Pública a "União das Associações de Moradores de Ponta Grossa". Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 155 de 03.11.92.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 320/92

P A R E C E R:

O autor deseja declarar de Utilidade

Pública Estadual a "União das Associações de Moradores de Ponta Grossa", tendo juntado a documentação necessária.

Opinamos favoravelmente à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 317/92, de autoria do Deputado Elio Rusch autoriza a proceder a instalação de uma Delegacia de Mulher no Município de Marechal Cândido Rondon. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 151 de 28.10.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 317/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Elio Rusch, chega a esta Comissão o Projeto de Lei que tem por finalidade proceder a autorização para instalação de uma Delegacia da Mulher, no Município de Marechal Cândido Rondon.

O projeto está elaborado em conformidade com os dispositivos do Regimento Interno desta Casa.

Do ponto de vista legal e doutrinário nada há que obste a tramitação do mesmo.

Por estas razões, opinamos favoravelmente a aprovação do referido projeto.

E o parecer!

Sala das Comissões, em 10.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 317/92

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Elio Lino Rusch, tem por finalidade o ora mencionado Projeto de Lei, autorizar o Poder Executivo a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Marechal Cândido Rondon.

De elevada importância para a sociedade, as "Delegacias da Mulher" vêm exercendo um papel fundamental na defesa dos direitos da população feminina, impedindo os "arbítrios", o descaso e a discriminação de uma sociedade extremamente "machista".

Deste modo, de acordo com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, opinamos FAVORAVELMENTE à aprovação do referido projeto.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 23.11.92.

(aa) LUIZ CALOR ALBORGHETTI - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

2ª - do Projeto de Lei nº 363/92, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a "Creche Sagrados Corações do Jardim Esplanada", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/92, de autoria do Deputado Antônio Martins Annibelli, que altera a redação da Lei nº 9320, de 11/07/90, que criou o Município de Santa Maria do Oeste. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 592/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 145/91, que objetiva criar os meios institucionais ao funcionamento e gestão do sistema previdenciário dos servidores públicos do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Substitutivo Geral da C.C.J. com PARECER FAVORAVEL da C.F.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 83 (oitenta e três), de autoria de vários Srs. Deputados, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 592/91

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENARIO Nº 01

Art. 69 - Os atuais servidores da administração direta e das autarquias, ocupantes de empregos com regime jurídico definido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, terão seus empregos transformados em cargos públicos, na data da publicação desta Lei.

§ 1º - ...

§ 2º - Aplicar-se-á aos servidores referidos neste artigo, a Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) GERALDO CARTARIO

Apoiamto: Luiz Carlos Alborghetti, Carlos Simões, Nelson Garcia, Luiz Carlos Martins, Costenaro Neto, João Arruda, Antônio Annibelli, Hermas Brandão, Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Quando o Governo do Estado propõe a transformação dos empregos públicos (celetistas) em cargos públicos (estatutários), tem o objetivo claro de viabilizar os descontos do sistema previdenciário estadual, mas também de instituir indiretamente o Regime Jurídico Único.

A partir do momento em que o § 2º do artigo 69 do Projeto de Lei nº 592/91, incluía a expressão "com exceção da esta-

bilidade e do ingresso em carreiras" cria-se, de imediato, uma insustentável situação de instabilidade entre os servidores públicos, atualmente, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Da análise da proposição governamental, deprende-se que a estabilidade e o ingresso em carreiras poderia advir, então, de concursos de efetivação aos já estáveis, ou de concursos públicos àqueles ainda não estáveis. Para estes últimos o risco da demissão estaria presente, o que em nada contribuiria para o serviço público, já que a experiência dos atuais servidores não pode ser relegada a plano secundário. Da mesma forma, os gastos com a realização de concursos oneraria o erário público.

Os atuais servidores celetistas, que a partir da aprovação da Lei do Fundo de Previdência, passarem a ser regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos, estarão em situações ímpar, caso seja mantida a proposta do governo: - serão diferenciados dos demais, por não serem alcançados pela estabilidade e por estarem impedidos do acesso às carreiras do quadro estatutário. Quantos servidores celetistas estão trabalhando no estado, a espera de concursos, e que vem sofrendo a discriminação imposta pelo atual governo que tem concedido aumentos diferenciados aos servidores, sendo os celetistas, normalmente os mais sacrificados.

Por isso é que sugerimos a supressão da expressão "com exceção da estabilidade e ingresso em carreiras", contido no § 2º, do artigo 69, do Projeto de Lei nº 592/91.

A administração pública precisa assumir uma postura coerente e partir para as ações concretas que a sociedade está a lhe exigir, como a valorização dos servidores e a melhoria dos serviços públicos. Semear incertezas no seio da categoria seria, no mínimo, uma irresponsabilidade.

O contingente de cerca de 60.000 servidores existentes no executivo, legislativo e judiciário, que não possuem a estabilidade constitucional esperam que os nobres parlamentares com assento neste Poder Legislativo, suprimam a parte final do parágrafo 2º do artigo 69, do Projeto de Lei nº 592/91, como medida da mais absoluta justiça.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 02

O art. 38 e seus parágrafos 1º e 2º passarão a ter a seguinte redação:

"Art. 38 - Os proventos da aposentadoria e a remuneração dos pensionistas serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos mesmos quaisquer benefícios ou

vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei."

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Lourenço Fregonese, Rossoni, Basílio Zanusso, João Iensen.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal atual através do seu artigo 40, §§ 4º e 5º, restaurou senão o princípio da isonomia a justiça e a equidade, corrigindo-se o tratamento injusto e discriminatório, prevalente no regime anterior; não somente os proventos dos aposentados acompanharão os reajustes concedidos à remuneração dos servidores em atividade, mas também os benefícios e as vantagens dos inativos; quer dizer que, se houver uma reclassificação do cargo ou da função que fora ocupado pelo aposentado, ou se o cargo foi transformado, os benefícios que dessas circunstâncias advierem para o funcionário da ativa, serão também estendidos aos inativos.

A Constituição Estadual, artigo 35, §§ 3º e 4º, repete o mesmo preceito.

A equiparação plena entre inativo e servidor em atividade decorre da necessidade, como entendeu o constituinte federal e também o estadual, da necessidade de manter as condições financeiras dos aposentados e pensionistas em níveis razoáveis de subsistência, sob pena de se atentar contra a dignidade daqueles que dedicaram quase toda a sua existência ao serviço público. Agora, na sua terceira idade, onde as enfermidades são quase uma constância, é que necessitam do poder público para lhes fazer justiça.

(Comentários Breves à Constituição Federal, Elcias Ferreira da Costa, página 106).

No mesmo sentido, depois de doutrinar que no direito anterior as reclassificações e benefícios posteriores à aposentadoria e pensões não beneficiavam os servidores aposentados e pensionistas, conclui:

"Agora é diferente, o benefício ocorre".

(Pinto Ferreira. COMENTARIOS A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, artigo 40, página 417, Volume II).

Tratando-se de preceito constitucional, portanto, cogente e imperativo, cabe a nós legisladores, já no uso do poder de Controle Político, sanar tal inconstitucionalidade, obviando os transtornos da procura jurisdicional, daqueles beneficiários, para fazerem valer os seus direitos.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 03

Acrescente-se incisos V e VI, bem como parágrafo ao artigo 37, com a seguinte redação:

Art. 37 - ...

V - contribuições sindicais e associativas de classe.

VI - outras previstas em lei ou permitidas pela Gerência do Fundo.

Parágrafo Único - Os descontos não obrigatórios somente serão procedidos enquanto autorizados expressamente pelo contribuinte.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Lourenço Fregonese, Rossoni, Basílio Zanusso, João Iensen.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de ampliação para atender, não só as justas reivindicações das entidades representativas de classe, mas também, dos próprios servidores contribuintes.

Os códigos liberados pela administração aos servidores em atividade poderão servir de parâmetro para futuras liberações.

Paralelamente, o contribuinte terá a garantia de que descontos não autorizados ou cancelados não serão procedidos em seu prejuízo.

Quanto aos descontos previstos em lei, é possível que haja alteração na atual legislação, inclusive decorrente da reforma da Constituição ou até mesmo da reforma fiscal. Nada obsta sua inclusão.

EMENDA ADITIVA DE PLENARIO Nº 04

Acrescente-se inciso VI ao artigo 51, com a redação que segue, renumerando-se o atual inciso VI para VII:

Art. 51 ...

VI - O valor do pagamento, pelo Estado do Paraná, do débito previsto no artigo 38 dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, transferido diretamente para o Fundo de Previdência do Estado.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Lourenço Fregonese, Rossoni, Basílio Zanusso, João Iensen.

JUSTIFICATIVA:

O débito previsto no artigo 38 dos ADCT não poderá desaparecer de um momento para outro.

Sua transferência diretamente para o Fundo de Previdência virá atender justas reivindicações de todas as entidades classistas e servirá para a consolidação desta Lei.

A garantia que se exige do Estado ficará consolidada, a partir do momento em

que se aprovar esta Emenda.

Estamos propondo, em separado, Emenda às disposições transitórias, para complementar o presente dispositivo.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENARIO Nº 05

Substitua-se a redação do inciso I, do artigo 55, como segue:

Art. 55 ...

I - planos de custeio, de aplicação de recursos e patrimônio e orçamento programado.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Lourenço Fregonese, Rossoni, Basílio Zanusso, João Iensen.

JUSTIFICATIVA:

Disciplina o controle da aplicação dos recursos, através das deliberações do Conselho Curador.

A garantia é exigência dos servidores e entendemos ser merecedora de acolhida, pois a fiscalização é necessária e útil, dividindo responsabilidades.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENARIO Nº 06

Substitua-se a redação do artigo 62 pela seguinte:

"Art. 62 - As pensões previstas neste regime serão custeadas pelo Fundo de Previdência do Estado, após decorridos 24 (vinte e quatro) meses da vigência desta Lei.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Lourenço Fregonese, Rossoni, Basílio Zanusso, João Iensen.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda tem por objetivo assegurar a capitalização do Fundo.

O período de carência é comum em praticamente todos os Planos de previdência privada.

Segundo os estudos originais, estava previsto um prazo para entrada em vigor dos benefícios, o qual, agora é fixado em 24 meses.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENARIO Nº 07

Suprima-se, do artigo 69, em seu § 2º, as expressões "...com exceção da estabilidade e ingresso nas carreiras".

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Lourenço Fregonese, Rossoni, Basílio Zanusso, João Iensen.

JUSTIFICATIVA:

Com a devida vênia, o Regime Único não pode ser instituído de maneira tão sim-

plista.

Assiste razão aos servidores quando pleiteiam melhor redação para o disposto no artigo 69 e seus parágrafos.

Caso prevaleça a atual redação, serão criados inúmeros cargos isolados, resultando em situação análoga àquela do extinto Quadro Único, que tantos problemas causou à administração.

Sobre o mesmo dispositivo estamos apresentando soluções diferentes, em separado.

EMENDA ADITIVA DE PLENARIO Nº 08

Acrescente-se § 4º ao artigo 69, como segue:

Art. 69 ...

§ 4º - Vencido o prazo sem o encaminhamento previsto no parágrafo anterior, será assegurado ao servidor que ocupava emprego regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, que contar com 5 (cinco) anos de serviço público, o ingresso na carreira correspondente às funções por ele desempenhadas, mediante transformação do cargo ocupado pelo nível inicial da respectiva carreira, mediante simples requerimento do interessado, se apresentado dentro do prazo de 30 (trinta) dias ao Chefe do Poder em que estiver lotado".

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Lourenço Fregonese, Rossoni, Basílio Zanusso, João Iensen.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda tem por objetivo assegurar ao servidor transferido para o regime estatutário, a certeza de que não ficará eternamente em cargo isolado, caso a administração não cumpra o disposto no parágrafo 3º do artigo 69.

Para os casos não previstos no presente dispositivo poderão ser realizados procedimentos seletivos internos.

Sua abrangência é para os cargos com funções ou habilitação assemelhadas.

O prazo de 5 anos é constitucional.

EMENDA ADITIVA DE PLENARIO Nº 09

Acrescente-se, onde couber, nas Disposições Gerais e Transitórias, o seguinte dispositivo:

"Art. ... - O Chefe do Poder Executivo encaminhará, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, à Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Procuradoria Geral da Justiça do Estado, bem como às entidades representativas de classe dos servidores públicos que o requerem, cópia dos estudos atuariais que serviram de base para elaboração dos cálculos de contribuições e benefícios desta

Lei.

Sala das Sessões, em 30.11.92

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Lourenço Fregonese, Rossoni, Basílio Zanusso, João Iensen.

JUSTIFICATIVA:

A redação proposta é um pouco diferente daquela sugerida pelos sindicatos.

Assim, dado o elevado número de entidades representativas de classe, fica assegurada às mesmas o recebimento dos estudos atuariais, desde que apresentem requerimento nesse sentido.

Paralelamente, fica o Poder Executivo obrigado a apresentar os referidos estudos aos órgãos da administração dos demais Poderes constituídos.

EMENDA ADITIVA DE PLENARIO Nº 10.

Acrescente-se, nas Disposições Transitórias, onde couber, o seguinte dispositivo:

"Art. ... - O Estado do Paraná, através do seu tesouro, é responsável subsidiariamente pelo aporte financeiro dos benefícios previdenciários de que trata a presente Lei, assegurando a manutenção do poder aquisitivo de todas as pensões, aposentadorias e demais benefícios.

Parágrafo Único - para os fins deste artigo, deverá ser instituída e mantida rubrica orçamentária própria, para fins de transferência ou complementação de verbas sempre que se tornar necessário."

Sala das Sessões, em 30.11.92

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Lourenço Fregonese, Rossoni, Basílio Zanusso, João Iensen.

JUSTIFICATIVA:

A criação do Fundo de Previdência não exime o Estado de suas obrigações constitucionais.

A presente Emenda tem por fim assegurar a manutenção dos planos e o reajuste de todos os benefícios, inclusive com previsão de eventuais transferências de verbas ou complementação, para o que deverá existir a correspondente rubrica orçamentária.

EMENDA ADITIVA DE PLENARIO Nº 11.

Acrescente-se nas Disposições Gerais e Transitórias, onde couber, o seguinte dispositivo:

"Art. ... - Fica transferida para o Fundo de Previdência do Estado a dívida e respectivo pagamento previstos no artigo 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná.

§ 1º - As parcelas devidas serão con-

tadas a partir da data da vigência desta lei.

§ 2º - Dentro do prazo máximo de 13 (treze) meses, o Estado do Paraná pagará as parcelas vencidas na forma do parágrafo anterior e iniciará a transferência mensal das prestações vincendas diretamente para o Fundo de Previdência do Estado.

§ 3º - Para os fins deste artigo, será formada uma Comissão composta por 02 (dois) membros indicados pelos Chefes de cada Poder, sendo um deles, obrigatoriamente representante da classe dos servidores, totalizando 06 (seis) componentes com direito a voto, os quais, sob a presidência do Secretário de Estado da Administração e assessoria do IPE, deverão proceder o levantamento do valor da dívida, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da vigência desta lei, sendo que a indicação dos membros deverá ocorrer nos primeiros 30 (trinta) dias.

Sala das Sessões, em 30.11.92

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Lourenço Fregonese, Rossoni, Basílio Zanusso, João Iensen.

JUSTIFICATIVA:

Parece-nos a única maneira de tornar possível o cumprimento do dispositivo constitucional que determina o pagamento da dívida, o qual depende de previsão orçamentária.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 12.

Acrescente-se onde couber, nas Disposições Gerais e Transitórias, o seguinte dispositivo:

"Art. ... - O Ministério Público Estadual fica autorizado a promover as medidas judiciais cabíveis visando o recebimento dos haveres do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos do Estado do Paraná - IPE - junto ao Tesouro do Estado do Paraná, bem como a transferir os respectivos valores para o Fundo de Previdência do Estado."

Sala das Sessões, em 30.11.92

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Lourenço Fregonese, Rossoni, Basílio Zanusso, João Iensen.

JUSTIFICATIVA:

Vários dispositivos estão sendo inseridos neste plano de lei, objetivando o pagamento da dívida do Estado para com o IPE e a sua transferência para o Fundo de Previdência.

Embora o IPE possua departamento jurídico, o valor da dívida deverá ser transferido para o Fundo.

Assim, entendemos que a tarefa da cobrança deverá ser dada ao Ministério Público, através de seus setores especia-

lizados, mas, no momento oportuno, que será definido somente após a redação final do presente plano de lei.

Entretanto, a norma deverá constar na lei, ainda que para uso futuro, mesmo que se espere a votação do orçamento de 1994.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 13.

Acrescente-se nas Disposições Gerais e Transitórias, o seguinte dispositivo:

"Art. ... - A administração pública do Estado do Paraná, através dos setores competentes, deverá expedir as guias para movimentação ou levantamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço dos servidores celetistas abrangidos pelo disposto no artigo 69 desta lei, sempre que solicitada sua liberação."

Sala das Sessões, em 30.11.92

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Lourenço Fregonese, Rossoni, Basílio Zanusso, João Iensen.

JUSTIFICATIVA:

A livre movimentação do F.G.T.S. é um direito dos servidores que saem do regime celetista.

A rescisão do contrato de trabalho regido pela C.L.T. será automática, com a aprovação desta lei.

Assim, não há como se negar ao servidor que tem o seu contrato rescindido unilateralmente e compulsoriamente, como é o que o artigo 69 dispõe, a possibilidade de movimentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Contudo, somente podemos autorizar a expedição das respectivas guias, ficando a movimentação adstrita às demais normas vigentes, inclusive sujeitas às conhecidas interpretações dos tecnocratas da economia, que poderão levar os interessados a recorrer à Justiça.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 14.

Dê-se aos incisos I e II, do art. 24 a seguinte redação:

"Art. 24 - ...

I - Na qualidade de ativos, os servidores civis ou militares dos órgãos da administração pública estadual direta e autárquica do Poder Executivo, os serventuários da Justiça remunerados pelos cofres públicos e os ocupantes de cargos em comissão.

II - Na qualidade de inativos, todos aposentados civis do Poder Executivo regidos pelo Estatuto do Servidor Público estadual, os militares reformados ou na reserva remunerada e os integrantes de carreiras com legislação específica."

Sala das Sessões, em 30.11.92

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Heinz Herwig, Ademar Traiano,
Plauto Miró Guimarães, Lourenço Fregonese.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 15.

Dê-se aos incisos I e II, do art. 24 a redação seguinte:

"Art. 24 - ...

I - Na qualidade de ativos, todos os ocupantes de cargos ou funções de qualquer natureza, em caráter permanente, cuja remuneração, vencimento ou soldo sejam pagos pelo Estado.

II - Na qualidade de inativos, todos os abrangidos pelo inciso anterior, na data da publicação do ato de aposentadoria."

Sala das Sessões, em 30.11.92

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Heinz Herwig, Ademar Traiano,
Plauto Miró Guimarães, Lourenço Fregonese.
JUSTIFICATIVA:

O que é bom para uns deve sê-lo para outros.

A redação visa prestar homenagem à igualdade de todos perante a lei, como quer a Constituição da República.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 16

Dê-se ao art. 47 a seguinte redação:

"Art. 47 - A contribuição do Estado é constituída de recursos oriundos do orçamento e é calculada mediante a aplicação de alíquota mínima de 10% (dez por cento) sobre o valor bruto da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos, observada a ressalva contida no inciso IV, do artigo 46".

Sala das Sessões, em 30.11.92

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Heinz Herwig, Ademar Traiano,
Plauto Miró Guimarães, Lourenço Fregonese.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 17

Dê-se ao art. 49 a seguinte redação:

Art. 49 - A contribuição dos segurados ativos e inativos e dos pensionistas será de 10% (dez por cento) da base de contribuição prevista no art. 46, ficando sob a direta responsabilidade do Tesouro do Estado a complementação das insuficiências de caixa do Fundo.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Heinz Herwig, Ademar Traiano,
Plauto Miró Guimarães, Lourenço Fregonese.
JUSTIFICATIVA:

Se o Executivo propôs as fontes de recurso e os percentuais baseado em estudo criterioso, então não há de se opor à res-

ponsabilidade subsidiária do Tesouro do Estado.

Acaso esteja tão certo, como deve estar um Governo responsável, honesto e transparente, do sucesso do Fundo, certamente não temerá futuramente desembolsos.

Porém, se manifestar oposição direta, ou transversa, estará confessando a insegurança quanto ao amanhã de centenas de milhares de pessoas, compulsoriamente embarcadas no Fundo.

Não há outra alternativa decente (e ética).

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 18

Dê-se ao art. 60 a seguinte redação:

Art. 60 - Os proventos dos atuais inativos bem como daqueles que vierem a se aposentar antes do prazo previsto no art. 61, correrão por conta do Tesouro do Estado.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Heinz Herwig, Ademar Traiano,
Plauto Miró Guimarães, Lourenço Fregonese.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 19

Dê-se ao art. 68 a seguinte redação:

Art. 68 - Fica instituído um seguro saúde que o executivo contratará, no prazo máximo de 30 dias contados da data desta lei, mediante licitação, para os servidores ativos e inativos do Estado, bem como para os pensionistas do Fundo Previdenciário, tomando-se por base planos de assistência médico hospitalar privados.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Heinz Herwig, Ademar Traiano,
Plauto Miró Guimarães, Lourenço Fregonese.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 20

Emenda Aditiva

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

REDAÇÃO PROPOSTA:

Art... - O Estado do Paraná, através do seu Tesouro, é responsável subsidiariamente pelos encargos financeiros dos benefícios previdenciários de que trata a presente Lei, assegurando a manutenção do poder aquisitivo de todas as pensões, aposentadorias e demais benefícios.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Heinz Herwig, Ademar Traiano,
Plauto Miró Guimarães, Lourenço Fregonese.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 21

Dê-se ao Art. 24 "caput a redação seguinte:

Art. 24 - São segurados do Regime de

Previdência Social estabelecido por esta lei, cuja adesão deverá ser manifestada por escrito no prazo de trinta dias.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Heinz Herwig, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Lourenço Fregonese. JUSTIFICATIVA:

O Art. 24, na sua redação originária, é absolutamente autoritário. Aliás, democracia menos do que discurso deve ser prática, isto é, deve respeitar o direito de cada pessoa decidir sobre o seu destino.

No caso, facultar ao servidor a livre opção entre permanecer vinculado ao Tesouro que o Governo diz que vai mal ou ingressar no Fundo que o Governo não sabe no que vai dar, é deixá-lo suicidar-se democraticamente.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 22

Suprima-se a expressão "com exceção da estabilidade e ingresso em carreira" do parágrafo 2º do artigo 69 das disposições gerais e transitórias do Substitutivo Geral apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 592/91 - Mensagem 145/91.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) HEINZ HERWIG

Apoio: Lourenço Fregonese, Ademar Traiano, Hermas Brandão, Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal e a Estadual dispõe sobre os servidores públicos regidos pela C.L.T. Consolidação das Leis do Trabalho que aqueles que contavam com mais de 5 anos de serviços prestados ininterruptamente, até a data da promulgação da Constituição Federal, em 05 de outubro de 1988, são estáveis.

Da forma como está colocado, tanto na Mensagem encaminhada pelo Poder Executivo, como no substitutivo apresentado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, os servidores regidos pela CLT, perderiam a estabilidade, retirando destes um direito garantido pela constituição. Além disso impossibilita o ingresso em carreira o que é totalmente inaceitável haja vista o grande número de servidores com tempo de serviço superior a 10 anos e muitas vezes no final da carreira no quadro de pessoal estabelecido para aqueles regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 23

Art. Único - O Art. 15 e seus parágrafos, do Substitutivo em epígrafe, passam a vigor com a seguinte redação:

Art. 15 - É vedado do poder público

estadual a concessão de aposentadoria cumulativa com outra de natureza pública.

§ 1º - Verificada a inobservância do disposto neste artigo, será o beneficiário notificado para que exerça, no prazo de 30 (trinta) dias, o direito de opção, sob pena de suspensão do pagamento e devolução das importâncias indevidamente recebidas.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica à percepção de aposentadoria decorrente da legítima acumulação de cargos públicos, nos termos da Constituição Federal, ou originária de contribuições a instituição oficial, sem relação empregatícia com entidade pública, e que não sejam computadas para os efeitos do art. 17.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) OSWALDO TREVISAN

Apoio: Nelson Garcia, Hermas Brandão, Toti Colaço, Antônio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

A modificação pretendida no "caput" do artigo deve-se ao fato de que é exatamente o poder público que controla as aposentadorias, portanto, ele é que não deve concedê-las em cumulatividade ilegal. Se este assim procede, sem culpa do servidor, não há motivos que impeçam o servidor de exercer um direito, optando pela aposentadoria que lhe for mais conveniente.

É óbvio, também, que uma lei estadual não pode atingir aqueles que não possuem relação empregatícia com entidades públicas, razão que nos leva a clarear a redação do parágrafo que trata das exceções ao "caput".

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 24

Art. Único - Inclua-se, no Título III - "Das disposições gerais e transitórias, artigo com a seguinte redação:

Art. - Fica permitida a adesão de Municípios paranaenses ao regime previdenciário previsto nesta lei, mediante convênio, com prévia autorização das Câmaras Municipais.

§ 1º - O convênio sujeita os Municípios, por seus mandatários e servidores, às mesmas alíquotas, prazos e penalidades previstos nos artigos 47, 48 e parágrafo único, 49, 50 e parágrafo único e 52 desta lei.

§ 2º - A falta de recolhimento das contribuições devidas, durante 60 (sessenta) dias, contados da primeira prestação mensal vencida, determinará, além do disposto na parágrafo anterior, a caducidade do convênio, cessando para o Fundo qualquer responsabilidade.

§ 3º - Os Municípios que mantiverem convênio com o Fundo, sem prejuízo das sanções estabelecidas nesta lei, são solidariamente responsáveis com seus respectivos servidores pelo cumprimento das obrigações.

gações vencidas ou vincendas, devidas ao Fundo, ressalvado seu direito regressivo contra os co-devedores.

Sala das Sessões, em 30.11.92

(a) GERALDO CARTARIO

Apoio: Nelson Garcia, Hermas Brandão, Antônio Annibelli, Toti Colaço.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENARIO Nº 25

Art. Único, O inciso I, do Art. 55, do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei em tela, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 55

I - Planos de custeio, de aplicação dos recursos, patrimônio e orçamento-programa.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) OSWALDO TREVISAN

Apoio: Nelson Garcia, Toti Colaço, Antônio Annibelli, Domingos Carvalho.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENARIO Nº 26

O art. 69 e seus parágrafos, do Substitutivo Geral da C.C.J., no Projeto de Lei nº 592/91, passará a ter a seguinte redação:

Art. 69 - O Poder Executivo encaminhará, no prazo de 180 (cento e oitenta dias) da vigência desta Lei, anteprojeto de lei de revisão da lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, bem como a instituição de Plano de Cargos e Salários para os atuais servidores da administração direta e das autarquias, ocupantes de empregos com regime jurídico definido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo Único - Os ocupantes de empregos temporários não se incluem no regime desta lei.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) DALTON MACHUCA

Apoio: Emilia Belinati, Lourenço Fregonese, Colombino Grassano, Antonio Annibelli, Arlindo Troian.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda objetiva sanar dúvidas sobre a rescisão contratual, o Fundo de garantia, e a Multa Rescisória.

Pelo texto original, haverá alteração do regime contratual dos servidores, afrontando desse modo, princípios de ordem constitucional e técnica legislativa.

O vínculo celetista, ampara-se nas Leis nº 5.452, de 19 de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho e 8.036, de 11 de maio de 1990 - Fundo de Garantia, não podendo ser revogadas por lei estadual segundo o artigo 22, inciso I da Constituição Federal, que determina: "Compete privativamente à União legislar sobre direito...do trabalho".

Outro aspecto relevante, a Constitui-

ção estabelece os procedimentos para implantação do "regime jurídico único", exigindo concurso público para a investidura em cargo ou emprego público. (arts. 37 e 39).

A Constituição e Leis Federais sobrepoem-se às Leis Estaduais, cuja eficácia destas, restringe-se no âmbito de sua competência.

Em substância, o art. 69 se não modificado, poderá tornar-se vulnerável a declaração de inconstitucionalidade, por subtrair dos celetistas as suas prerrogativas, ou até mesmo, acrescentar, sem concurso, as prerrogativas dos estatutários. (art. 37,II).

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENARIO Nº28

O Parágrafo segundo, do art. 68, do Substitutivo Geral da C.C.J., no Projeto de Lei nº 592/91, passará a ter a seguinte redação:

Art. 68 - O Estado do Paraná instituirá, a partir da vigência desta Lei, apólice de seguro saúde para os pensionistas do Fundo Previdenciário.

§ 1º - ...

§ 2º - Os serviços abrangidos pelo plano complementar de saúde deverão ser prestados pelo Instituto de Previdência do Estado, mediante convênio, ou através de contrato celebrado com empresas privadas que atuem nessa área, observando, neste caso, o procedimento licitatório.

Sala das Sessões, em 30.11.92

(a) DALTON MACHUCA

Apoio: Emilia Belinati, Lourenço Fregonese, Colombino Grassano, Antônio Annibelli, Arlindo Troian.

JUSTIFICATIVA:

Compete ao estado, segundo o art. 34, inciso XIX, da Constituição Estadual, garantir a assistência médica-hospitalar aos servidores.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENARIO Nº 29

O inciso I do Art. 24, do Substitutivo Geral da C.C.J., no Projeto de Lei nº 592/91, passará a ter a seguinte redação:

Art. 24 - São segurados obrigatórios do Regime de Previdência Social estabelecido por esta Lei:

I - Na qualidade de ativos, os servidores civis ou militares dos órgãos da administração pública estadual direta, e autárquica de todos os Poderes, os Serventuários da Justiça remunerados pelos cofres públicos e facultativamente aos ocupantes de cargos em comissão.

Sala das Sessões, em 30.11.92

(a) DALTON MACHUCA

Apoio: Lourenço Fregonese, Arlindo

Troian, Antônio Annibelli, Colombino Grasso.

JUSTIFICATIVA:

Objetiva facultar aos comissionados a inscrição, face exercerem cargos eventuais.

O fundo de pensão ora instituído, visa tão somente, aposentadoria ou pensão, razão porque, é desnecessário a obrigatoriedade do desconto, face o princípio da transitoriedade da função.

No parágrafo primeiro do art. 69, veda que os ocupantes de CARGOS TEMPORÁRIOS sejam incluídos no regime desta lei.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 30.

O parágrafo primeiro do artigo 57, do Substitutivo Geral da C.C.J., no Projeto de Lei nº 592/91, passará a ter a seguinte redação:

Art. 57 - A administração dos recursos financeiros do fundo ficará a cargo da Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 1º - Para mister deste artigo, a Secretaria da Fazenda deverá promover licitação entre instituições financeiras.

Sala das Sessões, em 30.11.92

(a) DALTON MACHUCA

Apoio: Lourenço Fregonese, Arlindo Troian, Antônio Annibelli, Colombino Grasso.

JUSTIFICATIVA:

A contratação de instituição determinada sem processo licitatório ou prévio levantamento de preço, poderá acarretar prejuízo ao Fundo.

Ocorrendo a escolha por menor preço, possibilita menores custos com credibilidade.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 31

O art. 50, do Substitutivo Geral da C.C.J., no Projeto de Lei nº 592/91, passará a ter a seguinte redação:

Art. 50 - A contribuição dos segurados será descontada compulsoriamente pelos setores encarregados do pagamento do pessoal, e recolhida de imediato ao Fundo de Previdência do Estado no mês de competência.

Sala das Sessões, em 30.11.92

(a) DALTON MACHUCA

Apoio: Lourenço Fregonese, Arlindo Troian, Antônio Annibelli, Colombino Grasso.

JUSTIFICATIVA:

Objetiva impedir que haja uma lacuna entre o desconto e o recolhimento ao Fundo.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 32

O art. 49, do Substitutivo Geral da C.C.J., no Projeto de Lei nº 592/91, passará a ter a seguinte redação:

Art. 49 - A contribuição dos segurados ativos e inativos e dos pensionistas será de 8% (oito por cento) da base de contribuição, prevista no art. 46.

Sala das Sessões, em 30.11.92

(a) DALTON MACHUCA

Apoio: Lourenço Fregonese, Arlindo Troian, Antônio Annibelli, Colombino Grasso.

JUSTIFICATIVA:

Os arts. 37, inciso XV da Constituição Federal e 27, inciso XV da Constituição Estadual, garantem a irredutibilidade dos vencimentos.

Assim, não poderá haver redução nos vencimentos dos servidores, pois, majorando o desconto, ocorrerá a perda nos vencimentos.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 33

Seja ampliada a redação do inciso I, do art. 26 do Substitutivo Geral da C.C.J., do Projeto de Lei nº 592/91, passando a ter a seguinte redação:

Art. 26 - São beneficiários do Regime de Previdência Social estabelecidos por esta Lei, na condição de dependentes do segurado, respeitados os direitos adquiridos:

I - O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho de qualquer condição, menor 21 (vinte e um) anos ou inválido e filha solteira sem renda própria.

Sala das Sessões, em 30.11.92

(a) DALTON MACHUCA

Apoio: Lourenço Fregonese, Arlindo Troian, Antônio Annibelli, Colombino Grasso.

JUSTIFICATIVA:

Objetiva a inclusão de filha solteira sem renda própria, que esteja da real dependência econômica do segurado.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 34

Seja incluído o parágrafo único no artigo 51, com a seguinte redação:

Art. 51 - Além das contribuições de que tratam os arts. 47 e 49, constituem receitas do Fundo de Previdência do Estado:

- I - ...
- II - ...
- III - ...
- IV - ...
- V - ...
- VI - ...

Parágrafo Único - Os débitos do Estado

relativos às contribuições previdenciárias existentes junto ao Instituto de Previdência do Estado.

Sala das Sessões, em 30.11.92

(a) DALTON MACHUCA

Apoiamto: Lourenço Fregonese, Arlindo Troian, Antônio Annibelli, Colombino Grassano.

JUSTIFICATIVA:

Objetivando a criação de Fundo de Previdência do Estado, foram estabelecidas formas de receitas, porém, é sabido que o Estado é devedor do IPE e, uma vez liquidando a dívida conforme prevê o art. 38 da Constituição Estadual, esses recursos, passarão a integrar a receita do Fundo, ora instituído.

EMENDA DE PLENARIO Nº 35

Artigo Único - O Substitutivo Geral em epígrafe, fica acrescido de um artigo, com a seguinte redação:

"Art. - É facultado aos Deputados Estaduais, Prefeitos, vice-Prefeitos e Vereadores, a adesão ao regime previdenciário previsto nesta lei, desde que se submetam a contribuir para o Fundo de Previdência do Estado em montante fixado pelo Conselho Curador, segundo cálculo atual."

Sala das Sessões, em 30.11.92

(a) GERALDO CARTARIO

Apoiamto: Luiz Carlos Alborghetti, Rossoni, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Neivo Beraldin, João Iensen, Eurides Moura, Alceu Swarowski, Carlos Simões, Severino Félix.

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENARIO Nº 36

Emenda Modificativa corretiva e aditiva ao art. 69 do Projeto de Lei nº 592/91.

Os §§ 2º e 3º do art. 69 do Projeto de Lei nº 592/91, passam a ter a seguinte redação, e acrescenta-se um § 4º ao citado artigo:

Art. 69 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - Aplicar-se-á aos servidores referidos neste artigo a Lei Estadual nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

§ 3º - O Poder Executivo encaminhará, no prazo de cento e oitenta (180) dias da vigência desta lei, anteprojeto de lei, elaborado com a participação das entidades sindicais representativas dos servidores públicos, para a instituição do regime jurídico único aplicável ao funcionalismo.

§ 4º - No prazo referido no § 3º deste artigo, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário encaminharão anteprojeto de lei instituindo planos de cargos e salários nas respectivas esferas da adminis-

tração pública, garantindo a participação das entidades representativas dos servidores públicos.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Apoiamto: João Arruda, Ademar Traiano, Hermas Brandão e Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

Do § 2º: Ao propor a transformação dos empregos subordinados à disciplina da Consolidação das Leis do Trabalho em cargos públicos, o governo tem por objetivo instituir, de forma indireta, o regime jurídico único aplicável ao funcionalismo do Estado, dando cumprimento ao disposto no artigo 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Federal.

Todavia, ao excluir, no § 2º do artigo 69 do Projeto de Lei nº 591/92, as garantias de estabilidade e do ingresso em carreira, a proposta do Poder Executivo deixa os servidores atualmente regidos pela CLT sob a constante ameaça de demissão, postergando o seu direito de estabilidade, já assegurado pelo artigo 19 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988. Estaria, assim, criada uma situação que diferencia os atuais celetistas do restante dos servidores.

Por isso, e para que o assunto possa ser mais profundamente debatido por ocasião da reforma que o § 3º propõe, é que se opina no sentido de ser suprida a ressalva contida no final do dispositivo, que estabelece: "com exceção da estabilidade e do ingresso em carreiras".

Do § 3º: A Lei nº 6174, de 1970, que atualmente disciplina os direitos e deveres dos servidores do Estado, reclama atualmente necessária a modernização da máquina administrativa, no que se concerne aos quadros de seu pessoal.

Elaborado em um período de exceção, quando o funcionalismo das instituições estava sob o controle rígido do Poder Executivo, o "Estatuto dos Funcionários Públicos" não mais atende às necessidades contemporâneas dos serviços públicos.

Daí porque a referência a uma nova lei, capaz de vincular em definitivo a instituição do regime jurídico único às transformações estruturais indispensáveis à reorganização administrativa do Estado.

Do § 4º: A inclusão do § 4º tem por objetivo garantir o princípio da autonomia dos três poderes, consagrado pela Constituição vigente, eliminando a possibilidade de instituição de planos de cargos e salários nos Poderes Legislativo e Judiciário por iniciativa do Executivo.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENARIO Nº 37

Dê-se ao Art. 10, do Projeto de Lei nº 592/91, a seguinte redação:

Art. 10 - A aposentadoria por invalidez permanente terá proventos proporcionais ao tempo de serviço do segurado, salvo quando decorrer de acidente de trabalho, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável avaliadas por junta médica oficial, quando então os proventos serão integrais.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA
OVIDIO CONSTANTINO
ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA AMPLIATIVA
DE PLENARIO Nº 38

Dê-se ao art. 25, do Projeto de Lei nº 592/91, a seguinte redação:

Art. 25 - Não será admitido segurado em caráter facultativo, a exceção dos servidores em licença sem vencimento, observado o disposto no Art. 66, parágrafo único.

Parágrafo Único - O montante de contribuição para os casos previstos neste artigo, será o correspondente ao cargo em que o servidor ocupava antes da licença, observado o disposto no art. 66, parágrafo único.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA
OVIDIO CONSTANTINO
ERNANI PUDELL

Apoio: Paulo Maia e Basílio Zanusso.
JUSTIFICATIVA:

Tal emenda visa garantir o direito do servidor público em licença sem vencimentos (como por exemplo: exercer cargo eletivo), continuar contribuindo com o Fundo de Previdência.

EMENDA ADITIVA DE PLENARIO Nº 39

Inclua-se no art. 37, do Projeto de Lei nº 592/91, o seguinte inciso:

V - as contribuições sindicais e associativas autorizadas pelos servidores.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA
OVIDIO CONSTANTINO
ERNANI PUDELL

Apoio: Paulo Maia e Basílio Zanusso.
JUSTIFICATIVA:

É grande o número de servidores aposentados que são associados a sindicatos e associações. Não permitir a consignação em folha de pagamento das contribuições é retrocesso e entrave inconstitucional à livre organização dos servidores públicos.

Além disso, existem associações de aposentados no Estado que seriam prejudicadas com a vedação dos descontos das mensalidades. É certo que qualquer servidor poderá optar por sindicalizar-se ou não, mesmo já sendo inativo e, por esta razão,

o Poder Público deverá consignar as mensalidades e contribuições devidamente autorizadas pelos servidores.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENARIO Nº 40

Suprima-se do Art. 43, do Projeto de Lei nº 592/91, a seguinte expressão:

...e sobre ambas deverá incidir a contribuição correspondente.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA
OVIDIO CONSTANTINO
ERNANI PUDELL

Apoio: Paulo Maia e Basílio Zanusso.
JUSTIFICATIVA:

Tal emenda visa corrigir a nova redação proposta ao art. 46 desta lei.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENARIO Nº 41

Suprima-se, na íntegra, os incisos I e III do art. 46 do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 592/91.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) FLORISVALDO FIER
OVIDIO CONSTANTINO
ERNANI PUDELL

Apoio: Paulo Maia e Basílio Zanusso.
JUSTIFICATIVA:

A supressão dos referidos incisos justifica-se pela própria condição dos beneficiários: aposentado ou pensionista.

O escopo da contribuição é o benefício da aposentadoria, seja ela a que título for. Logo, concedida, extingue-se a obrigação de contribuir. O objetivo da norma foi alcançado.

Do modo que estão redigidos os incisos em questão, cada trabalhador estará financiando a sua e outras aposentadorias, até morrer. Ou será que vai receber mais de um benefício? Qual? A norma deveria especificá-lo, já que o texto da proposição nada esclarece.

Tal é o absurdo, que o INSS, com todas as suas distorções, nunca chegou ao ponto de exigir do aposentado ou do pensionista a continuidade das prestações previdenciárias. Tal como está, este Legislativo estaria consagrando a imoralidade, inconstitucionalidade e ilegalidade.

EMENDA ADITIVA DE PLENARIO Nº 42

Inclua-se no art. 51, do Projeto de Lei nº 592/91, o seguinte inciso:

VII - o valor do pagamento, pelo Estado do Paraná, do débito para com o Instituto de Previdência do Estado.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) FLORISVALDO FIER
OVIDIO CONSTANTINO
ERNANI PUDELL

Apoio: Paulo Maia e Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado do Paraná deve cerca de 400 milhões de dólares ao atual Instituto de Previdência do Estado - IPE. Esta dívida, como se sabe, resultou no estado deplorável daquele Instituto, que já não suporta o pagamento das pensões e muito menos presta assistência médica digna aos servidores.

Por outro lado, a compulsoriedade do desconto da parcela relativa à contribuição dos servidores fez com que estes arcassem com o ônus da manutenção do IPE ao longo dos últimos anos.

O pagamento da dívida do Estado para com o IPE é imperativo de justiça. O Governo não pode se eximir de suas responsabilidades.

Por isso é necessário, no momento em que se constitui um novo sistema previdenciário, que a previsão de que o pagamento do débito do Governo para com o atual IPE, passe a constituir receita do Fundo de Previdência.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENARIO Nº 43

Dê-se ao Inciso I, do Art. 55, do Projeto de Lei nº 592/91, a seguinte redação:

I - planos de custeio, de aplicação de recursos, patrimônio e orçamento-programa.

Sala das Sessões, em 30.11.92

(aa) FLORISVALDO FIER

OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

Apoio: Paulo Maia, Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

É absolutamente necessário que o Conselho Curador também tenha o poder de deliberação sobre a aplicação dos recursos do Fundo de Previdência, para que se configure - realmente - o controle dos servidores sobre estes recursos. Não sendo assim, e a Secretaria da Fazenda procedendo aplicações sem o controle do Conselho Curador, o risco para o Fundo seria o de vir acontecer o mesmo que ocorreu com o IPE.

Há um exemplo recente, a nível federal, onde a PREVI (Banco do Brasil) comprou ações supervalorizadas, fato amplamente denunciado nos meios de comunicação.

Além de buscar evitar este tipo de procedimento, querem os servidores o controle total da aplicação dos recursos, sendo, portanto, imprescindível a previsão legal ora proposta.

EMENDA ADITIVA DE PLENARIO Nº 44.

Inclua-se no Art. 55, do Projeto de Lei nº 592/91, o seguinte inciso:

V - gerir o patrimônio do Instituto de Previdência do Estado - IPE.

Sala das Sessões, em 30.11.92

(aa) FLORISVALDO FIER

OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

Apoio: Paulo Maia, Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

A emenda proposta visa democratizar a administração do IPE. Visa ainda passar a gestão do patrimônio do IPE ao Conselho Curador, isto porque este patrimônio é fruto da contribuição dos servidores.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENARIO Nº 45.

O art. 62, do projeto de lei nº 592/91, passa a ter a seguinte redação:

Art. 62 - As pensões previstas neste regime serão custeadas pelo Fundo de Previdência do Estado, após decorridos vinte e quatro meses da vigência desta lei.

Sala das Sessões, em 30.11.92

(aa) FLORISVALDO FIER

OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

Apoio: Paulo Maia, Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

Vê-se que o projeto de lei tem a preocupação com a capitalização de recursos do Fundo (artigos 60 e 61), certamente porque não tem dados concretos e suficientes para assegurar que poderá arcar, de imediato, com qualquer despesa.

É imprescindível que, durante o período proposto - vinte e quatro meses - os recursos auferidos pelo Fundo sejam capitalizados e se possa garantir minimamente o êxito do sistema previdenciário.

Caso o Fundo passe a arcar imediatamente com as pensões, estarão os servidores assumindo responsabilidade que é, principalmente, do Governo do Estado do Paraná, com relação às pensões.

Por tudo isso, é necessário que se assegure na lei o prazo de capitalização do Fundo, inclusive para as pensões, de pelo menos vinte e quatro meses da sua vigência.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENARIO Nº 46

Substitua-se o art. 68 e seus parágrafos, do Projeto de Lei nº 592/91, pela seguinte redação:

Art. 68 - O Estado do Paraná destinará, a partir da vigência desta Lei, recursos da ordem de 2% (dois por cento) dos valores creditados em folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas para prestação de serviços de saúde pelo IPE.

Parágrafo Único - As ações e serviços de saúde prestados pelo IPE deverão ser integrados ao Sistema Único de Saúde.

Sala das Sessões, em 30.11.92

(aa) FLORISVALDO FIER

OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

Apoio: Paulo Maia, Basílio Zanusso.
JUSTIFICATIVA:

A necessidade de um investimento do Estado para com a saúde é baseada na Constituição Federal e na Constituição Estadual, no seu Art. 167: "A saúde é direito de todos e dever do Estado". Portanto é da responsabilidade do Estado se integrar no Sistema Único de Saúde e cumprir suas atribuições enquanto órgão gestor.

Pelo fato do pouco investimento do Estado em saúde, tanto no orçamento deste ano, como para o previsto no próximo ano, que é 3,8% não é suficiente para cumprir tais obrigações.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 47

Substitua-se o art. 69 do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 592/91, bem como seus parágrafos, pela seguinte redação:

Art. 69 - Os atuais servidores da administração direta e das autarquias, ocupantes de empregos com regime jurídico definido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, gozarão de estabilidade, tendo seus empregos transformados em cargos públicos, sob regime jurídico único, incluindo o Plano de Cargos e Salários, mensagem esta que deverá ser remetida para esta Casa de Leis no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º - Os ocupantes de empregos temporários não se incluem no regime desta Lei.

§ 2º - Só gozarão de estabilidade referida no caput deste artigo, os servidores públicos regidos pela Lei 6174 e os que foram beneficiados pelo art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, da Carta Magna Federal de 1988, bem como os contratados mediante teste seletivo ou concursos públicos.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) FLORISVALDO FIER
OVIDIO CONSTANTINO
ERNANI PUDELL

Apoio: Paulo Maia e Basílio Zanusso.
JUSTIFICATIVA:

A emenda em questão, visa, entre outras finalidades, adequar a norma em tela a determinação constitucional preconizada pelo art. 39 da Carta Magna Federal, que dispõe sobre a instituição do regime jurídico único pelo Estado.

Outrossim, objetiva pelo § 2º assegurar estabilidade aos servidores que a alcançaram pela forma legal e constitucional.

Portanto, a emenda substitutiva, ora proposta, é indispensável para adequação, cumprimento e respeito às leis vigentes neste País.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 48

Inclua-se onde couber no Projeto de Lei nº 592/91, o seguinte artigo:

Art. ... - O Estado do Paraná, através do seu Tesouro, é responsável subsidiariamente pelo aporte financeiro dos benefícios previdenciários de que trata a presente Lei, assegurando a manutenção do poder aquisitivo de todas as pensões, aposentadorias e demais benefícios.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) FLORISVALDO FIER
OVIDIO CONSTANTINO
ERNANI PUDELL

Apoio: Paulo Maia e Basílio Zanusso.
JUSTIFICATIVA:

Não há dúvida que o cerne da proposta da Administração Pública Estadual é a sua intenção de eximir o Tesouro do Estado da responsabilidade do aporte financeiro das aposentadorias e pensões, transferindo este encargo ao chamado "Fundão".

São notórios os riscos de prejuízo que os servidores públicos estaduais correm com esta proposta de "fundo de capitalização", pois os cálculos atuariais não atestam a constituição do suporte financeiro necessário para enfrentar os encargos futuros.

Da mesma maneira, a forma de gerenciamento dos recursos não contempla a transparência e participação dos interessados. Ademais, as experiências de "Fundo de Capitalização" em outros países tem demonstrado a sua inviabilidade já a médio prazo.

A segurança do aporte financeiro do Tesouro do Estado é a melhor situação para o servidor, pois se a sua aposentadoria ou pensão for paga por um "fundo de capitalização" passível de falir, e o Estado não for responsável, cria-se uma situação de desproteção ao servidor.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 49

Inclua-se onde couber no Projeto de Lei nº 592/91, o seguinte artigo:

Art. ... - O Estado do Paraná encaminhará à Assembléia Legislativa e aos sindicatos de servidores públicos estaduais, os estudos atuariais que serviram como base para a elaboração dos cálculos e previsões do disposto nesta lei, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da sua vigência.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) FLORISVALDO FIER
OVIDIO CONSTANTINO
ERNANI PUDELL

Apoio: Paulo Maia e Basílio Zanusso.
JUSTIFICATIVA:

Não há dúvidas de que ninguém pode afirmar, com segurança, que o índice de contribuição de 10% é um percentual na medida exata para cumprir a destinação do

Curitiba, segunda, em 30.11.92

Fundo. Já se disse que o aumento da contribuição dos servidores acarreta uma redução salarial, posto que o percentual atual de contribuição é de 8%.

A falta de cálculos atuariais confiáveis autoriza a afirmação de que não se pode prever, em hipótese alguma, que o Fundo de Previdência vá produzir os resultados que dele se espera.

Nem mesmo os parlamentares podem votar com convicção a matéria, por falta de dados financeiros e contábeis.

A realidade é que o Executivo Estadual se acostumou a encaminhar projetos à Assembleia sem propor qualquer diálogo esclarecedor, confiando sobretudo no "rolo compressor" governista que tudo aprova.

A presente emenda, determina ao Estado que forneça a esta Casa Legislativa e aos servidores os cálculos atuariais, tem o objetivo de assegurar a discussão dos critérios utilizados pela Administração para a fixação dos percentuais de desconto.

EMENDA ADITIVA DE PLENARIO Nº 50

Inclua-se onde couber no Projeto de Lei nº 592/91, o seguinte Artigo:

Art. ... - O Estado do Paraná, a partir da vigência desta Lei, deverá liberar as guias de movimentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço aos servidores celetistas.

Sala das Sessões, em 30.11.92

(aa) FLORISVALDO FIER

OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

Apoio: Paulo Maia, Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

Com a aprovação da presente Lei do Fundo de Previdência do Estado e a consequente transformação dos atuais celetistas em estatutários, rescinde-se o contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Desta forma, os servidores têm direito ao levantamento do F.G.T.S., devendo ficar claro no texto da lei que o Estado deverá imediatamente, após a vigência desta, liberar as guias de movimentação dos saldos do Fundo de Garantia.

EMENDA ADITIVA DE PLENARIO Nº 51

Art. 1º - Inclua-se no Art. 69 o parágrafo 3º:

§ 3º - Os servidores descritos no "caput" do artigo, que tiverem seus empregos transformados em cargos públicos, poderão solicitar o levantamento do seu Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, tão logo tenham sua nova situação funcional estabelecida.

Sala das Sessões, em 30.11.92

(a) PLAUTO MIRO GUIMARAES

Apoio: João Arruda, Erondy Silvêrio, Nelson Garcia, Elio Rusch, Costenaro Neto, Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

Nada mais justo que permitir aos funcionários regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, que, ao terem seu regime de trabalho alterado, possam efetuar o levantamento dos valores descontados dos salários a título de F.G.T.S.

O Estado tem a obrigação de, ao implantar um novo regime empregatício, resguardar os direitos dos empregados, liberando estes valores que, legalmente, pertencem ao funcionário.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENARIO Nº 52

Artigo 49, do Capítulo III, que trata "Da Contribuição dos Segurados", passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 49 - A contribuição dos segurados ativos será de 8% (oito por cento) da base de contribuição, prevista no Art. 46.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARAES

Apoio: João Arruda, Erondy Silvêrio, Nelson Garcia, Elio Rusch, Costenaro Neto, Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

A emenda pretende assegurar ao servidor público estadual a manutenção de sua situação atual.

Aumentar o índice de recolhimento à previdência, reduzindo o salário do servidor, que já está altamente defasado, só vem prejudicar e onerar ainda mais o bolso do trabalhador.

Não se pode admitir que o Estado delibere o aumento de receita do Fundo de Previdência simplesmente aumentando os descontos impostos ao servidor.

É necessário que os dirigentes não recaiam sempre na solução mais fácil para eles, que é a de sacrificar o trabalhador, sempre que precisam fortalecer suas receitas.

Se esta atitude já é injusta para os servidores ativos, que dirá para os inativos e pensionistas que, em sua grande maioria, recebem proventos de baixo valor, e ainda se verem obrigados a suportar mais uma redução em seus ganhos.

Por estas razões, solicito aos Nobres Pares desta Casa de Leis que dêem seu apoio a esta emenda, pelo seu relevante caráter social.

EMENDA ADITIVA DE PLENARIO Nº 53

Inclua-se entre as Disposições Gerais e Transitórias, onde couber, a emenda seguinte:

Art. 52 - O Poder Executivo promoverá, através de suas entidades e órgãos especializados, mediante acompanhamento sistemático do Conselho Curador, no prazo de um ano a contar da publicação desta Lei, avaliações, exames e perícias com vistas à apuração de haveres com o Instituto de Previdência do Estado.

Parágrafo Único - Apurado o resultado, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo projeto de lei que defina o modo e tempo de recolhimento ao Fundo da Previdência do Estado.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Apoio: Renato Adur, Domingos Carvalho, Geraldo Cartário, Antônio Annibelli e Djalma de Almeida César.

JUSTIFICATIVA:

A histórica controvérsia referente às relações entre o Estado e o IPE encontra nessa emenda um paradeiro: em um ano o Poder Executivo promoverá a apuração e encontro de contas e, havendo débito, será recolhido ao Fundo de Previdência do Estado, conforme regulamentação que lei própria definirá.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 54

Retorne-se à redação original artigo 38:

Art. 38 - Os valores dos benefícios de que trata esta Lei serão revistos na mesma proporção e data em que forem reajustados os vencimentos dos servidores estaduais em atividade, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, sendo também estendido aos inativos e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concebidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Apoio: Renato Adur, Geraldo Cartário, Antônio Annibelli e Djalma de Almeida César.

JUSTIFICATIVA:

A redação proposta pelo Substitutivo restringe em seu parágrafo segundo aquilo que a Constituição não quis restringir. Com efeito, pela redação do Substitutivo qualquer alteração do cargo ou função, por mínima, poderia ensejar restrições a direitos constitucionais dos aposentados.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 55

Artigo 1º - O Substitutivo Geral do Projeto de Lei 592/91 terá, onde couber, emenda aditiva com a seguinte redação:

"As alíquotas de contribuição dos segurados só poderão ser alteradas por Lei".

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINATI, ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI, ALBINO CORAZZA e RAFAEL GRECA DE MACEDO.

Apoio: Ovídio Constantino, Colombino Grassano e Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

As alíquotas de contribuição dos segurados, previstas para serem equivalentes a 10% da base de contribuição, só poderão ser alteradas mediante Lei. Esta previsão é necessária para que exista uma efetiva defesa dos interesses dos servidores e se contemple o Poder Legislativo como fórum legítimo dessas elevadas discussões de efeitos sociais abrangentes.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 56

Art. 1º - O Inciso IV do artigo 54 do Substitutivo Geral do Projeto de Lei terá a seguinte redação:

"04 (quatro) pelos sindicatos de servidores públicos estaduais".

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINATI, ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI, ALBINO CORAZZA e RAFAEL GRECA DE MACEDO.

Apoio: Ovídio Constantino, Colombino Grassano e Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 41 da Constituição do Estado assegura a paridade da participação dos servidores nos órgãos públicos para os quais contribuíam. Na forma como consta do texto original, o dispositivo constitucional não está contemplado. A emenda restitui o respeito à Constituição do Estado assegurando que o Conselho Curador do "fundão" terá participação paritária do segmento trabalhador.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 57

Artigo 1º - O Artigo 37 do Substitutivo Geral do Projeto de Lei 592/91, deverá vigorar com um parágrafo segundo com a seguinte redação:

"O número de parcelas poderá ser aumentado de 6 para permitir que cada uma delas não exceda a 20% do valor do benefício, conforme acordo entre o servidor e a administração".

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINATI, ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI, ALBINO CORAZZA e RAFAEL GRECA DE MACEDO.

Apoio: Ovídio Constantino, Colombino Grassano e Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

A devolução de pagamentos de benefícios pagos além do devido e dos quais o beneficiário tenha sido recebedor de boa-fé não pode determinar o confisco de sua remuneração. Assim, caso o montante a

ser devolvido seja muito alto, necessário faz-se que cada parcela não exceda de 20% do valor da remuneração, devendo, em alguns casos o número das mesmas ser maior que seis e determinadas através de uma composição entre servidor e administração.

EMENDA ADITIVA DE PLENARIO Nº 58

Artigo 1º - O Substitutivo Geral ao Projeto de Lei 592/91 deverá adicionar, onde couber, Artigo com a seguinte redação:

"As Secretarias de Estado da Fazenda, da Administração e o Conselho Curador do Fundo de Previdência farão publicar, trimestralmente, em Diário Oficial, demonstrativo financeiro e contábil que reflita o gerenciamento do Fundo de Previdência."

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINATI, ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI, ALBINO CORAZZA e RAFAEL GRECA DE MACEDO.

Apoio: Ovídio Constantino, Colombino Grassano e Erani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

O gerenciamento do Fundo de Previdência deve ser de conhecimento público, em especial daqueles que são seus segurados e dependentes. A publicação, em Diário Oficial, permite a todos os interessados um acompanhamento diuturno da forma de gerenciamento promovida pelas Secretarias de Estado e pelo Conselho Curador.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENARIO Nº 59

Artigo 1º - Ficam suprimidos do texto do Substitutivo Geral do Projeto de Lei 592/91 os parágrafos 1º e 2º do artigo 16.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINATI, ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI, ALBINO CORAZZA e RAFAEL GRECA DE MACEDO.

Apoio: Ovídio Constantino, Colombino Grassano e Erani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

Não há necessidade de previsão para deixar de conceder aquilo que é ilegal. A administração deve só fazer aquilo que seja legal, dado o princípio da "legalidade", ficando subjacente que aquilo que não for consonante com o ordenamento vigente das condições funcionais deveria operar como pressuposto, em que a sua irregularidade fosse a exceção. Assim, a administração, para economia dos órgãos, deveria ocupar-se de juntada de documento em eventuais suspeitas de irregularidades e não exigí-lo para a comprovação em todas as situações. Da forma como se encontra o servidor deve provar que é inocente, quando caberia a quem suspeita comprovar qualquer culpa sua.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENARIO Nº 60

Art. 1º - O Artigo 10 do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 592/91 vigorará com a seguinte redação:

"A aposentadoria por invalidez permanente terá proventos integrais".

Sala das Sessões, em 30.11.92

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINATI, ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI, ALBINO CORAZZA e RAFAEL GRECA DE MACEDO.

Apoio: Ovídio Constantino, Colombino Grassano, Ernani Pudell

JUSTIFICATIVA:

A incapacitação para o trabalho deve ser remunerada integralmente, independentemente de uma pretensa classificação do mal que acometeu o servidor. A incapacitação para o trabalho deve ser declarada a partir do efeito da moléstia que acometeu o servidor e não a partir da origem desta moléstia.

Assim, tendo as moléstias um mesmo efeito incapacitante, a partir de quaisquer que sejam suas origens - "doença profissional", "doença contagiosa" etc - o tratamento remuneratório deve ser o mesmo, ou seja, com proventos integrais. E, aliás, absolutamente ilegal a existência de tratamentos gerenciais financeiros distintos entre servidores que esteja, igualmente, declaradas incapacitadas para o trabalho.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENARIO Nº 61

Art. 1º - O Artigo 14 do Projeto de Lei nº 592/91, sofrerá emenda supressiva e vigorará com a seguinte redação:

"A aposentadoria voluntária e por tempo de serviço será devida a partir do mês subsequente ao da publicação do ato concessório".

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINATI, ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI, ALBINO CORAZZA e RAFAEL GRECA DE MACEDO
Apoio: Ovídio Constantino, Colombino Grassano e Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

A previsão da carência de 60 meses (5 anos) para a concessão da aposentadoria incorre em possibilidade de efeito fático que contraria a Constituição Federal. Caso o servidor esteja prestes a aposentar-se não há como impedi-lo de que o faça sob a alegação de que deve esperar cinco anos de sua ação ao sistema. Contrapõem-se o direito constitucionalmente assegurado do trabalho, aposentar-se quando completar o seu tempo de serviço e o interesse da administração expresso na conveniência de capitalizar "fundão". Sem dúvidas deve prevalecer o direito do trabalhador.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 62

Art. 1º - O Substitutivo Geral do Projeto de Lei nº 592/91, deverá ter adicionado, onde couber, Artigo com a seguinte redação:

"As Secretarias de Estado da Fazenda, da Administração e o Conselho Curador do Fundo de Previdência, assegurarão a qualquer cidadão o livre acesso aos dados patrimoniais, financeiros e contábeis, mesmo informatizados, para a verificação da correção do gerenciamento do Fundo de Previdência".

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINATI,

ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI,

ALBINO CORAZZA E RAFAEL GRECA DE MACEDO

Apoio: Ovídio Constantino, Colombino Grassano e Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

Todo cidadão, em especial aquele ligado ao Fundo de Previdência pela condição de segurado ou dependente, deve ter garantido o seu acesso a todos os dados que refletem a forma de gerenciamento promovidos pela Secretaria da Fazenda, da Administração e Conselho Curador.

A transparência da gestão deste Fundo, capitalizado com dinheiro público, deve ser assegurada para que prevaleça a idoneidade e sejam cumpridos os fins de sua existência.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 63

Art. 1º - O Substitutivo Geral do Projeto de Lei 592/91, deverá vigorar com Artigo a ser integrado onde couber, com a seguinte redação:

"Todo segurado, dependente ou entidade sindical representativa dos servidores públicos estaduais, detém a legitimidade ativa para requerer em juízo prestação de contas por parte dos gerentes do Fundo de Previdência e cobrar do Estado a sua parcela de contribuição em favor do Fundo de Previdência".

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINATI,

ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI,

ALBINO CORAZZA E RAFAEL GRECA DE MACEDO

Apoio: Ovídio Constantino, Colombino Grassano e Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

Na forma atual e determinada pelo Projeto de Lei, pouco ou quase nada pode ser feito para que o Estado cumpra a sua parcela de contribuição com o sistema previdenciário. A emenda visa, justamente, conferir legitimidade ativa para qualquer segurado, dependente ou sindicato de servidores possam acionar o Estado visando assegurar a manutenção de sua contribuição.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 64

Art. 1º - O Substitutivo Geral do Projeto de Lei nº 592/91, deverá ter adicionado, onde couber, Artigo com a seguinte redação:

"O Estado do Paraná assegurará aos atuais servidores da administração direta e das autarquias ocupantes de empregos com regime jurídico definido pela Consolidação das Leis do Trabalho e que tiverem seus empregos transformados em cargos públicos os efeitos da Súmula 178 do TFR com a emissão do competente instrumento para saque do Fundo de Garantia".

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINATI,

ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI,

ALBINO CORAZZA E RAFAEL GRECA DE MACEDO

Apoio: Ovídio Constantino, Colombino Grassano e Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

O Artigo 69 prevê efetiva extinção do contrato de trabalho de natureza jurídica consolidacional. Assim, deve ter o servidor assegurado o direito ao saque do Fundo de Garantia.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 65

Art. 1º - O Artigo 30 do Substitutivo Geral do Projeto de Lei 592/91, deverá vigorar com a seguinte redação:

"Sem prejuízo do benefício, prescreve em 20 (vinte) anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes e dos ausentes".

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINATI,

ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI,

ALBINO CORAZZA E RAFAEL GRECA DE MACEDO

Apoio: Ovídio Constantino, Colombino Grassano e Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

Existe conflito de ordem jurídica acerca das prescrições em Direito Administrativo. Efetivamente a prescrição quinquenal, só interessa à administração, devendo ser contemplada a vintenária, tendo em vista que aquela prevista no Projeto é excessivamente exígua.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 66

Art. 1º - O inciso II do Artigo 46, do Substitutivo Geral do Projeto de Lei 592/91, deverá vigorar com a seguinte redação:

"O Valor do salário base recebido no decorrer do mês, quando segurado ativo".

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINATI,

ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI,

ALBINO CORAZZA E RAFAEL GRECA DE MACEDO

Apoio: Ovídio Constantino, Colombino Grassano e Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

O percentual de contribuição não deve incidir sobre os adicionais ou vantagens de caráter pessoal.

EMENDA ADITIVA DE PLENARIO Nº 67

Art. 1º - O Artigo 37 do Substitutivo Geral do Projeto de Lei 592/91, deverá ter inciso V com a seguinte redação:

"As contribuições e mensalidades sindicais e associativas autorizadas pelos servidores".

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINATI, ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI, ALBINO CORAZZA E RAFAEL GRECA DE MACEDO

Apoio: Ovídio Constantino, Colombino Grassano e Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

Da forma como constava no Projeto os servidores aposentados ficavam impedidos do exercício do seu direito constitucional de contribuir para uma entidade associativa e sindical. Da mesma forma os sindicatos ficariam privados das contribuições e mensalidades oriundas dos aposentados, vindo a norma em seu prejuízo e efeito anti-sindical.

EMENDA ADITIVA DE PLENARIO Nº 68

Artigo 1º - O artigo 51 do Substitutivo Geral do Projeto de Lei 592/91 deverá ter adicionado um inciso VII com a seguinte redação:

O valor do pagamento, pelo Estado, do débito para com o Instituto de Previdência do Estado.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINATI, ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI, ALBINO CORAZZA E RAFAEL GRECA DE MACEDO.

Apoio: Ovídio Constantino, Colombino Grassano, Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

O Estado deve ao IPE mais de 400 milhões de dólares. Este montante não pode estar perdido em prejuízo dos servidores e pode operar como importante fator de capitalização do Fundo de Previdência.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENARIO Nº 69

Artigo 1º - O inciso I do artigo 55 do Substitutivo Geral do Projeto de Lei 592/91 deverá vigorar com a seguinte redação:

"Planos de custeio, de aplicação de recursos e patrimônio e orçamento-programa"

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINTI, ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI, ALBINO CORAZZA E RAFAEL GRECA DE MACEDO.

Apoio: Ovídio Constantino, Colombino Grassano, Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Curador deve ter poder de deliberar a forma de aplicação dos recursos do Fundo de Previdência para que se configure um efetivo controle seu por parte dos servidores. Na forma do Substitutivo, cabe exclusivamente a máquina estatal o poder de determinar as formas de aplicação dos recursos.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENARIO Nº 70

Art. 1º - O Artigo 62 do Substitutivo Geral do Projeto de Lei 592/91 deverá vigorar com a seguinte redação:

"As pensões previstas neste regime serão custeadas pelo Fundo de Previdência do Estado após decorrido prazo de vinte e quatro meses".

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINATI, ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI, ALBINO CORAZZA E RAFAEL GRECA DE MACEDO.

Apoio: Ovídio Constantino, Colombino Grassano, Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

A responsabilidade do fundo ainda sem capital, pelas pensões, é determinante de prejuízo dos dependentes, que devem ter assegurado o poder aquisitivo de suas pensões, além de prejudicar a capitalização do próprio fundo. Assim, seguindo a regra geral, deve ser estipulado prazo para a capitalização do fundo e a responsabilização deste sobre qualquer pagamento de pensão ou aposentadoria.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENARIO Nº 71

Art. 1º - Fica suprimida a parte final do parágrafo 2º do artigo 6º do Substitutivo Geral do Projeto de Lei 592/91, devendo vigorar com a seguinte redação:

"Aplicar-se-á aos servidores referidos neste artigo a Lei Estadual número 6174, de 16 de novembro de 1970".

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINATI, ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI, ALBINO CORAZZA E RAFAEL GRECA DE MACEDO.

Apoio: Ovídio Constantino, Colombino Grassano, Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

A exclusão da estabilidade da possibilidade de "enquadramento" nos quadros de carreiras são determinantes de tratamento anisônomico entre os servidores, o que é vedado pela Constituição Federal. Teremos servidores executando funções idênticas com tratamentos gerenciais distintos. Impõe-se, portanto, a supressão das proposições efetuadas no Substitutivo. Repete-se, aqui, a criação de verdadeiros quadros de

exceção, com notório prejuízo dos servidores, como o Quadro Único do Pessoal Executivo, "regionalistas", etc.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 72

Art. 1º - O Artigo 6º do Substitutivo Geral do Projeto de Lei 592/91 deverá vigorar com a seguinte redação:

"O Poder Executivo encaminhará, no prazo de 180 dias, Projetos de Lei sobre a unificação do regime jurídico dos servidores públicos estaduais, revisão da Lei 6174/70, de 16 de novembro de 1970, bem como de instituição de planos de cargos e salários".

§ 1º - Os projetos de lei de que trata o "caput" serão elaborados através de negociação coletiva da administração com as entidades sindicais representativas dos servidores, através de comissões de estudo e deliberação paritárias.

§ 2º - Os trabalhos das comissões de negociação serão acompanhados por representantes do Poder Legislativo Estadual e integrantes de organizações de sociedade civil convidados.

§ 3º - O acordo coletivo resultante das negociações tratando de unificação dos regimes jurídicos dos servidores, da revisão da Lei 6174/70 e criação dos planos de cargos e salários será enviado à Assembleia Legislativa do Paraná em forma de Mensagem do Poder Executivo.

§ 4º - Nas sessões de discussão das Mensagens do Poder Executivo, transformadas em Projetos de Lei, aqueles integrantes do Poder Legislativo e de organizações da sociedade civil que acompanharam as negociações coletivas entre administração pública e servidores prestarão as informações solicitadas e que julgarem necessárias acerca do encaminhamento, transcurso e resultado das negociações coletivas.

§ 3º - Os integrantes das comissões não serão remunerados além dos vencimentos normais que já receberam dos cofres públicos como servidores.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINTI, ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI, ALBINO CORAZZA E RAFAEL GRECA DE MACEDO.

Apoio: Ovídio Constantino, Colombino Grassano, Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

A negociação coletiva permanente entre administração pública e entidades sindicais representativas dos servidores é a única forma de se conferir legitimidade aos Projetos de Lei referentes à unificação da natureza jurídica do regime de trabalho dos servidores, da revisão do estatuto dos funcionários e criação dos seus planos de cargos e salários. Ao negar-se à sua implementação o Poder Executivo perde

uma grande oportunidade de modernizar a máquina administrativa e contar com opiniões de quem vive diuturnamente o serviço público prescindindo dos "iluminados" de gabinete. Ao implementar esta negociação coletiva o Poder Executivo teria a oportunidade de constatar que aos servidores interessa o êxito e a qualidade dos serviços que prestam, desnudando a falsa imagem, de um comparativismo há muito superado. Talvez uma das justificativas para a não implementação desta negociação coletiva seja justamente a necessidade do governo em perpetuar uma imagem insatisfatória dos serviços públicos e dos servidores perante a opinião pública que reclama por uma atuação estatal eficaz, visto que deixaria de ter importante fator de dissimulação da sua própria falta de vontade política.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 73

Artigo 1º - O Substitutivo Geral do Projeto de Lei 592/91 deverá vigorar com o seguinte artigo, a ser adicionado onde couber:

"O Estado do Paraná, através do Tesouro, é responsável subsidiariamente pelo aporte financeiro dos benefícios previdenciários de que trata esta Lei, assegurando a manutenção do poder aquisitivo das pensões, aposentadorias e demais benefícios".

Sala das Sessões, em 30.11.92

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINATI, ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI, ALBINO CORAZZA E RAFAEL GRECA DE MACEDO.

Apoio: Ovídio Constantino, Colombino Grassano, Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

O Estado não pode eximir-se completamente da responsabilidade de remunerar os seus servidores, mesmo que os mesmos estejam na inatividade ou já tenha falecido e deixado benefícios aos seus herdeiros. Ademais, a história dos fundos de capitalização é de "bancarrota" a médio prazo, a partir de quando os servidores não poderão ser deixados ao desamparo de acionar um fundo falido. Cabe a responsabilidade subsidiária do Tesouro do Estado.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 74

Art. 1º - O parágrafo 3º do Artigo 6º do Substitutivo Geral do Projeto de Lei 592/91 deverá vigorar com a seguinte redação:

"O Poder Executivo encaminhará, no prazo de 180 dias de vigência desta Lei, anteprojeto de Lei para a instituição do Regime Jurídico Único, bem como planos de cargos e salários, garantida a participação das entidades sindicais dos servidores públicos em sua elaboração mediante negociação coletiva".

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINATI, ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI, ALBINO CO-RAZZA E RAFAEL GRECA DE MACEDO.

Apoio: Ovídio Constantino, Colombino Grassano, Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

A unificação do regime jurídico dos servidores, bem como a revisão de seu estatuto e plano de cargos e salários, deve acontecer em procedimentos legislativos, próprios e não, como acontece, por via indireta e inserto em proposta mais abrangente. Tais matérias, por sua vez, devem ser discutidas com o conjunto de servidores.

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO Nº 75

Art. 66

Parágrafo Único - Os Serventuários poderão optar pelo regime previdenciário desta lei, desde que se submetam a contribuir para o fundo de Previdência do Estado.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Basílio Zanusso, Arlindo Troian.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 76

EMENDA ADITIVA AO ARTIGO 37

REDAÇÃO PROPOSTA:

Art. 37 - Podem ser descontados dos benefícios:

I - ...

II - ...

III - ...

IV - ...

V - as contribuições sindicais e associativas autorizadas pelos servidores;

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Apoio: Carlos Simões, Cleiton Kielse, Elio Rusch, Toti Colaço, Oswaldo Trevisan.

JUSTIFICATIVA:

É grande o número de servidores aposentados que são associados a sindicatos e associações. Não permitir a consignação em folha de pagamento das contribuições é entrave à livre organização dos servidores públicos.

Além disso, existe associação de aposentados no Estado do Paraná que seria prejudicada com a vedação dos descontos das mensalidades. É certo que qualquer servidor poderá optar por sindicalizar-se ou não, mesmo já sendo inativo e, por esta razão, o Poder Público deverá consignar as mensalidades e contribuições devidamente

autorizadas pelos servidores.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 77

Art. 69 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - Aplicar-se-á aos servidores referidos neste artigo, a Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970.

§ 3º - ...

Sala das Sessões, em 30.11.92

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Apoio: Carlos Simões, Cleiton Kielse, Elio Rusch, Toti Colaço e Oswaldo Trevisan.

JUSTIFICATIVA:

A transformação dos empregos públicos (celetistas) em cargos públicos (estatutários) objetiva instruir o Regime Jurídico Único, assim como o Sistema Previdenciário Estadual.

A partir do momento em que o parágrafo 2º do artigo 69 do Projeto de lei 592/91 inclui a expressão "com exceção da estabilidade e do ingresso em carreiras" cria-se instabilidade entre os servidores públicos regidos, atualmente, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 78

Art. 69 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - ...

§ 3º - O Poder Executivo encaminhará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da vigência desta Lei, anteprojeto de lei para a instituição do Regime Jurídico Único, bem como os Planos de Cargos e Salários e de Carreiras, garantida a participação das entidades sindicais dos servidores públicos.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Apoio: Carlos Simões, Cleiton Kielse, Elio Rusch, Toti Colaço, Oswaldo Trevisan.

JUSTIFICATIVA:

A Lei 6.174, de 1970, que rege atualmente as relações de trabalho entre os servidores e o Estado, já não consegue dar as respostas que tanto os trabalhadores públicos quanto a máquina administrativa necessitam.

Elaborada em plena vigência do período autoritário, que maculou a história deste País, a Lei 6.174/70 não continha nenhum dispositivo que prevísse a representação sindical dos servidores, posto que só com o advento da Constituição Federal de 1988 tal instrumento se revestiu de legalidade.

O que o Estado do Paraná, seus cidadãos e os servidores públicos necessitam com urgência, são mecanismos que contemplem as relações de trabalho tal como elas

se apresentam hoje, muito mais complexas e diversificadas do que no passado. É preciso, portanto, mais que uma nova Lei, a assunção de posturas avançadas na Administração Pública.

EMENDA ADITIVA DE PLENARIO Nº 79

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITORIAS

REDAÇÃO PROPOSTA

Art. ... - O Estado do Paraná, através de seu Tesouro, é responsável subsidiariamente pelo aporte financeiro dos benefícios previdenciários de que trata a presente Lei, assegurando a manutenção do poder aquisitivo de todas as pensões, aposentadorias e demais benefícios.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Apoio: Carlos Simões, Cleiton Kielse, Elio Rusch, Toti Colaço Oswaldo Trevisan.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda apenas explicita o que claramente já contém o texto legal, pois sendo o Fundo mera carteira a responsabilidade do Estado é direta. Afinal, não se está criando nova pessoa jurídica. O Estado e o Fundo são uma única e mesma pessoa jurídica.

EMENDA ADITIVA DE PLENARIO Nº 80

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITORIAS

Art. ... - O Estado do Paraná, a partir da vigência desta Lei, deverá liberar as guias de movimentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço aos servidores celetistas.

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Apoio: Carlos Simões, Renato Adur, Cleiton Kielse, Toti Colaço, Elio Rusch, Oswaldo Trevisan.

JUSTIFICATIVA:

Com a aprovação da presente Lei do Fundo de Previdência Estadual e a consequente transformação dos atuais celetistas em estatutários, rescinde-se o contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Desta forma, os servidores têm direito ao levantamento do F.G.T.S. devendo ficar claro no texto da Lei que o Estado deverá, imediatamente após a vigência desta, liberar as guias de movimentação dos saldos do Fundo de Garantia.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENARIO Nº 81

EMENDA SUBSTITUTIVA AO INCISO I DO ART. 55

Curitiba, segunda, em 30.11.92

REDAÇÃO PROPOSTA:

Art. 55 - Compete ao Conselho Curador deliberar sobre as seguintes matérias:

I - planos de custeio, de aplicação de recursos e patrimônio e orçamento-programa:

II - ...

III - ...

IV - ...

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Apoio: Carlos Simões, Elio Rusch, Toti Colaço, Cleiton Kielse, Oswaldo Trevisan.

JUSTIFICATIVA:

É absolutamente necessário que o Conselho Curador também tenha o poder de deliberação sobre a aplicação dos recursos do Fundo de Previdência, para que se configure realmente o controle dos servidores sobre estes recursos.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENARIO Nº 82

Art. 1º - O parágrafo 2º do Artigo 68 do Substitutivo Geral do Projeto de Lei 592/91 deverá vigorar com a seguinte redação:

"Os serviços abrangidos pelo plano complementar de saúde deverão ser prestados pelo Instituto de Previdência do Estado, podendo o mesmo cometê-los mediante convênio ou através de contrato, a empresas privadas que atuem nessa área, observado o procedimento licitatório".

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(aa) PAULO MAIA, EMILIA BELINATI, ALGACI TOLIO, CEZAR SILVESTRI, ALBINO CORAZZA e RAFAEL GRECA DE MACEDO.

Apoio: Nelson Justus, Lourenço Fregonese, Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

A assistência à saúde é obrigação estatal prioritária, só podendo atribuí-la a terceiros em casos excepcionais. Na forma como consta do Projeto original e seu Substitutivo a saúde do servidor é tratada como bem de mercado, devendo o IPE ser o responsável pela assistência à saúde, ficando a merecer uma melhor estruturação desse seu serviço.

EMENDA DE PLENARIO Nº 83

Artigo Único - O § 2º, do Art. 57, do Substitutivo em epígrafe, passa a vigor com a seguinte redação.

"§ 2º - A taxa de administração da carteira não será superior a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), calculado sobre seu valor real".

Sala das Sessões, em 30.11.92.

(a) TOTI COLAÇO

Apoio: João Arruda, Djalma de Almeida César, Ademar Traiano, Elio

Rusch.

Submeto à discussão o projeto.

O projeto, após o encerramento da discussão, voltará às comissões competentes.

Encerrada a discussão.

O projeto e emendas voltarão às comissões competentes.

O SR. DOUTOR ROSINHA - **(Pela Ordem)** - Queria lembrar que houve um acordo das lideranças para que o projeto retorne a esta Casa somente na próxima semana, na segunda-feira, para que possam ser analisadas todas as emendas com tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE **(Anibal Khury)** - A Mesa ouviu com atenção o Deputado Rosinha sobre um acordo de lideranças para que o projeto retorne...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE **(Anibal Khury)** - ... segunda-feira.

Há uma comunicação do Professor Adir de Lima que solicita que as lideranças reflitam muito bem nas consequências de uma votação em tão pouco tempo da chegada das respectivas emendas a esta Casa de Leis, sem o conhecimento real da verdade sobre o Instituto de Previdência do Estado do Paraná.

Em homenagem ao Magistério vamos colocar o projeto na terça-feira.

O SR. ORLANDO PESSUTI - **(Pela Ordem)** - Senhor Presidente.

Quando chegamos a este Plenário tínhamos já conversado inicialmente com a Associação dos Professores do Paraná. Fruto do entendimento que tivemos com algumas lideranças partidárias, entre elas o Deputado Paulo Maia e o Deputado Rosinha, e posteriormente da conversação que tivemos com o Deputado Erondy Silvério - Presidente da C.C.J. - estabelecemos como cronograma provável a ser seguido, que na quarta-feira de manhã faríamos uma reunião com as lideranças para que os Deputados, cada um representando sua bancada, pudessem emitir a opinião sobre esta ou aquela emenda.

Na ocasião também entendeu-se com o Deputado Erondy Silvério que poderíamos fazer uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça na próxima quinta-feira às 13:30 horas, horário normal de funcionamento da C.C.J.

E havíamos entendido que o projeto voltaria na sessão de segunda-feira, porque o tempo que está sendo reclamado, na nossa opinião, ele está sendo concedido. Haja vista que este projeto tramitou na Casa na última quarta-feira, na quinta-feira não tivemos votação na Assembléia,

mas sim uma Sessão Especial, mais a sexta, mais o sábado e o domingo e agora mais sete dias. No total, desde que o projeto veio ao Plenário, nós já teremos decorridos mais de dez dias. Razão pelo qual apelo a Vossa Excelência que mantenha a data de segunda-feira, até porque teremos uma segunda votação, uma terceira discussão e ainda uma redação final. Teremos ainda bastante tempo para discutir o projeto, de hoje até segunda-feira, para avaliarmos as emendas apresentadas. E depois ainda teremos a terça e a quarta-feira da semana que vem para analisarmos o projeto em terceira e quarta votação.

Entendo que como já havia o entendimento das Lideranças, poderíamos retornar com o projeto na segunda-feira, sem nenhum prejuízo de tempo para que se possa analisar as emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE **(Anibal Khury)** - Eu, "da ta vênia" a solicitação do Deputado Pessuti, eu entendo que na segunda-feira, o Projeto já está na parte de votação, o processo de discussão foi encerrado hoje, não havendo quem queira discutir não discutiram o Projeto. Eu entendo que nós podemos fazer essa Sessão na terça-feira, com a Ordem do Dia constando esse Projeto e faremos tantas quantas forem necessárias para que possamos apreciar as 83 emendas que estão no bojo do Projeto.

O SR. ORLANDO PESSUTI **(Pela Ordem)** - Diante dessa manifestação que faz Vossa Excelência da possibilidade de realizarmos Sessões extraordinárias para que após o devido entendimento e os pareceres das Comissões eu entendo que nós, evidentemente, ter resolvido a questão da votação até a próxima quarta-feira. Por essa razão, se for também do entendimento dos demais Deputados, e dos demais líderes que nós sugeriram a data de segunda-feira não vejo porque não concordamos com o início da votação do Projeto na terça.

O SR. PRESIDENTE **(Anibal Khury)** - Não havendo manifestação contrária, fica marcada para terça-feira a votação em segunda discussão do Projeto de Lei 592/91.

O Projeto vai retornar às Comissões, e eu creio que haverá tempo para um entendimento.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/92, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 344/92, que cria o quadro próprio dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO A EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, solicito registrar o voto contrário do PT pelas razões já expostas aqui na primeira e segunda discussão e votação.

O SR. PAULO MAIA - Voto contrário da Bancada do PDT também, pelas razões já apresentadas anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente anotado.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1944, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1904, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1903, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1901, de autoria do Senhor Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1932, 1931, 1930, 1929, 1928, 1927, 1926, 1925, 1924, 1923, 1922, 1921, 1920, 1919, 1918, 1917, 1916, 1915, 1914, 1913, 1912 e 1911, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1906, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 1908 e 1907, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1939, 1938 e 1937, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1935 e 1936, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1941, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1943, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1902 e 1942, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constantes do expediente. **Retirados pelo autor.**

Requerimento nº 1898, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1910, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 1º, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 317/92, 320/92, 326/92, 329/92, 339/92, 347/92, 355/92, 357/92, 358/92, 359/92, 360/92 e 362/92.

Levanta-se a sessão.

ALEP - SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM CELEPAR
BALANCETE FINANCEIRO

REF. - SCM245

PAG. - 1

ORÇAO: ASSEMBLEIA LEGISL. DO EST. DO PARANA

B09

DATA - 31.08.92

NO MES

ATE O MES

R E C E I T A

ORÇAMENTARIA

RECEITAS CORRENTES

Receita tributária	0,00	0,00
Receita de contribuições	0,00	0,00
Receita patrimonial	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00
Receita de serviços	0,00	0,00
Transferências correntes	8.600.000.000,00	39.430.000.000,00
Outras receitas correntes	13.714.737,03	13.714.737,03
	<u>8.613.714.737,03</u>	<u>39.443.714.737,03</u>

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de crédito	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	0,00
Transferências de capital	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	<u>8.613.714.737,03</u>	<u>39.443.714.737,03</u>

EXTRA-ORÇAMENTARIA

Débitos de tesouraria	0,00	16.301.421,94
Depósitos de diversas origens....	602.703.917,00	3.053.471.042,77
Depósitos extraordinários	1.998.939.580,25	12.082.610.345,47
Acordos e Convênios	0,00	0,00
Contas a regularizar	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
	<u>2.601.643.497,25</u>	<u>15.152.382.810,18</u>

SALDOS DO MES ANTERIOR

Caixa	0,00	0,00
Bancos conta movimento	10.729.507.916,07	2.252.882.942,59
Bancos conta vinculada	0,00	0,00
Conta aplicações financeiras....	0,00	0,00
Conta poupança	0,00	0,00
	<u>10.729.507.916,07</u>	<u>2.252.882.942,59</u>

T O T A L21.944.866.150,35

56.848.980.489,80

ALEP - SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM CELEPAR
BALANCETE FINANCEIRO

REF. - SCM245
PAG. - 2
DATA - 31.08.92

ORÇAO: ASSEMBLEIA LEGISL. DO EST. DO PARANA

B09

NO MES

ATE O MES

D E S P E S A

ORÇAMENTARIA

DESPESAS CORRENTES

Despesas de custeio	5.950.218.540,51	26.726.022.116,54
Transferências correntes	2.495.369.317,10	10.422.205.881,80
	8.445.587.857,61	37.148.227.998,34

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
	0,00	0,00

EXTRA-ORÇAMENTARIA

Restos a pagar		
Pagamentos.....	297.509,16	43.989.269,12
Cancelamentos.....	13.714.737,03	13.714.737,03
	14.012.246,19	57.704.006,15
Débitos de tesouraria.....	0,00	0,00
Depósitos de diversas origens.....	0,00	0,00
Depósitos extraordinários	495.064.511,87	6.652.846.950,63
Acordos e convênios	0,00	0,00
Contas a regularizar	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
	495.064.511,87	6.652.846.950,63
	509.076.758,06	6.710.550.956,78

SALDOS PARA O MES SEGUINTE

Caixa	0,00	0,00
Bancos conta movimento	12.990.201.534,68	12.990.201.534,68
Bancos conta vinculada	0,00	0,00
Contas aplicações financeiras	0,00	0,00
Conta poupança	0,00	0,00
	12.990.201.534,68	12.990.201.534,68

T O T A L.....21.944.866.150,35

56.848.980.489,80

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Diretor do DAT

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coord. de Contabilidade